



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB  
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS  
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

**JOÃO GABRIEL GOULART ILDEFONSO**

**AS RELAÇÕES COLÔMBIA-VENEZUELA DURANTE O PLANO COLÔMBIA E O  
PROCESSO DE PAZ COM AS FARC: vizinhos distantes, irmãos estrangeiros**

**BRASÍLIA  
2024**

**JOÃO GABRIEL GOULART ILDEFONSO**

**AS RELAÇÕES COLÔMBIA-VENEZUELA DURANTE O PLANO COLÔMBIA E O  
PROCESSO DE PAZ COM AS FARC: vizinhos distantes, irmãos estrangeiros**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Fernanda Luiza Silva de Medeiros

**BRASÍLIA  
2024**

**JOÃO GABRIEL GOULART ILDEFONSO**

**AS RELAÇÕES COLÔMBIA-VENEZUELA DURANTE O PLANO COLÔMBIA E O  
PROCESSO DE PAZ COM AS FARC: vizinhos distantes, irmãos estrangeiros**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientadora: Professora Fernanda Luiza Silva de Medeiros

**BANCA AVALIADORA**

---

**Professor(a) Orientador(a)**

---

**Professor(a) Avaliador(a)**

À minha irmã Natália.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus.

Aos meus pais, pela disponibilidade e pelo apoio mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha família como um todo, pela inestimável companhia que me fizeram e por me incentivar a sempre fazer o meu melhor.

Ao Ceub e a todos os professores que me ensinaram durante o curso, a quem tomarei como referência ao longo de toda minha carreira profissional.

*Morir es renunciar a seguir creando  
para poder al fin  
seguir siendo creado en otros  
reviviendo.*

(Josefina Plá)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo documentar e analisar as transformações ocorridas na relação bilateral entre a República da Colômbia e a República Bolivariana da Venezuela entre os anos de 1999 a 2016, tendo especial atenção ao tema do conflito interno colombiano e do processo de paz com o grupo FARC-EP. Para atingir o propósito de elucidar as dinâmicas de conflito e cooperação desenvolvidas durante o período assinalado, é feito o uso do aparato conceitual e metodológico da escola construtivista das relações internacionais, levando em consideração os aspectos sociais imbuídos na construção das identidades coletivas, dos projetos políticos e das prioridades de política externa. O entendimento atingido pelo destrinchamento analítico da dimensão histórica e social das relações internacionais de ambos os países, em conjunto com a aplicação reflexiva de técnicas inquisitivas voltadas para o desvelamento de redes de significado intersubjetivo e de compromissos com aspectos ideacionais embutidos na prática da política internacional, verte-se a uma compreensão de que os agentes estudados agiram com o desígnio de atingir objetivos subjetiva e internamente assumidos como expressivos de sua identidade, esforçando-se em equilibrar suas preferências com os significados que as suas circunstâncias lhes obrigam a considerar.

**Palavras-chave:** Colômbia. Venezuela. Relações bilaterais. Política externa. Conflito. Segurança. Diplomacia.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>   | <b>9</b>  |
| <b>2. A ESCOLA CONSTRUTIVISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS FUNDAMENTOS</b> | <b>11</b> |
| <b>2.1 IDENTIDADE SEGUNDO O CONSTRUTIVISMO</b>                                   | <b>12</b> |
| <b>2.2 NORMAS SEGUNDO O CONSTRUTIVISMO</b>                                       | <b>14</b> |
| <b>2.3 SEGURANÇA SEGUNDO O CONSTRUTIVISMO</b>                                    | <b>18</b> |
| <b>3. RELAÇÕES COLÔMBIA VENEZUELA: APONTAMENTOS INICIAIS</b>                     | <b>20</b> |
| <b>3.1 A POLÍTICA DOMÉSTICA E A POLÍTICA EXTERNA DA COLÔMBIA</b>                 | <b>21</b> |
| <b>3.2 O GOVERNO URIBE</b>   | <b>24</b> |
| <b>3.3 HUGO CHÁVEZ E A POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA</b>                          | <b>26</b> |
| <b>3.4 TENSÕES DIPLOMÁTICAS DURANTE OS ANOS 2000</b>                             | <b>30</b> |
| <b>3.5 A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO SANTOS</b>                                  | <b>33</b> |
| <b>3.6 A ATUAÇÃO VENEZUELANA NO ACORDO DE PAZ COM AS FARC</b>                    | <b>36</b> |
| <b>4. ANÁLISE DOS EVENTOS À LUZ DO CONSTRUTIVISMO</b>                            | <b>37</b> |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>   | <b>42</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>   | <b>43</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2016, o grupo armado colombiano Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia – Ejército del Pueblo, abreviado como FARC-EP ou simplesmente FARC, assinou um acordo de paz com o governo da Colômbia após de enfrentá-lo durante 52 anos, com seus membros, desde que qualificados para receber anistia, abandonando suas armas e entrando para a política e o ativismo social (RIVEIRA, 2021). Essa era até o momento a mais antiga das guerrilhas esquerdistas ainda em atividade na Colômbia e, ao longo de sua luta contra o governo, seu domínio violento de territórios rurais, sua prática de sequestros seu envolvimento com o tráfico de drogas, dentre outros crimes, lhes renderam inclusões em listas de grupos terroristas proscritos pelas autoridades dos Estados Unidos e da Europa (PROFILES, 2013). As FARC foram um dos vários atores que compuseram o que se refere como o conflito armado interno colombiano, e, ao deixá-lo, encerram sua participação em um espiral de violência que deixou 220.000 mortos e 10% da população desalojada em cinco décadas (PADILLA; BERMÚDEZ, 2016, p. 221).

O presidente da Colômbia que assinou o acordo, Juan Manuel Santos Calderón, talvez carregue em sua própria biografia as contradições que permeiam a relação entre o sofrimento do povo colombiano e as maneiras pelas quais essa experiência é interpretada por essa nação. Dois fatos de sua vida atestam essa situação: o primeiro é o recebimento do Prêmio Nobel da Paz de 2016, o primeiro e único recebido por um colombiano, pela assinatura dos acordos de paz com as FARC e o encerramento do conflito com o grupo (NOBEL, 2016); A segunda é sua saída da presidência com um dos piores índices de aprovação da história do país, por razões que, dentre outras, incluem o rechaço popular aos mesmos acordos (SANTOS, 2018). Tal rechaço, cristalizado nos 50,2% de votos pelo “não” ao final do plebiscito que foi convocado para dar validação popular aos resultados das negociações (MIRANDA, 2016), assim como toda e qualquer opinião na política, vem das convicções que as pessoas adquirem de ideias que circulam socialmente desde longa data, assim como das convicções que lhes são imprimidas pelos vivos a quem decidiram tomar como autoridades. Se o forte conservadorismo de grande parcela dos colombianos atesta essa primeira realidade, quem fez o papel que atesta a segunda foi Álvaro Uribe Vélez, ex-presidente, ex-chefe de Santos no Ministério da Defesa e líder da campanha pela rejeição ao acordo.

Em entrevista à ABC (OLMO, 2016, tradução nossa), Uribe explica sua visão negativa sobre o processo de paz, dizendo que se tratava de um “acordo de impunidade” e que “pode acontecer que acabem indo para o cárcere todos aqueles que combateram o terrorismo e que o terrorismo chegue ao governo”. Em um dado momento da entrevista, o entrevistador evoca os índices positivos de sua presidência no que diz respeito à deterioração da capacidade de combate das FARC, e, lembrando o papel de Santos como Ministro da Defesa, questiona qual é a natureza do impacto de seu sucessor e ex-subordinado nesse legado. Uribe responde atribuindo a si próprio os méritos da empreitada, e, para afirmar a superioridade do seu projeto, diz que “os anos e os fatos demonstraram que a herança de Lula no Brasil foi funesta, que Chávez morreu sem conhecer a consequência trágica da sua obra socialista na Venezuela e o mesmo pode ser dito do legado dos Kirchner na Argentina” .

Um dos pontos mais peculiares da resposta de Uribe é o retrato feito de seus líderes contemporâneos na América Latina, e aí se revela uma das grandes diferenças entre os dois mandatários colombianos, a saber, suas escolhas de parceiros internacionais. O presente trabalho tem, portanto, o objetivo de analisar como uma das relações bilaterais mais importantes da Colômbia, a relação com a vizinha Venezuela, se transformou ao longo desses dois governos e acabou por se tornar um elo crucial nas negociações de paz com as FARC, a luz da ascensão da ideologia bolivariana e de seu expoente maior, o presidente venezuelano Hugo Chávez Frías. Para fazê-lo, utiliza-se o referencial teórico da escola construtivista das relações internacionais, que é desdobrada na primeira parte do trabalho. Na segunda parte, as tradições políticas e diplomáticas da Colômbia e da Venezuela são investigadas, passando pelas tensões diplomáticas entre Uribe e Chávez até o *rapprochement* empreendido por Santos e o trabalho binacional feito pela sustentação nas negociações de paz. Finalmente, na terceira parte, a análise construtivista é aplicada a fim de articular hipóteses sobre as causas e mecanismos por trás desse *rapprochement* e lhes explicar enquanto fenômenos simultaneamente políticos e sociais, abrindo espaço para as conclusões finais. O trabalho se justifica pela atualidade dos temas de análise de política externa, multilateralismo e integração regional, e pretende amparar a pesquisa científica nessas áreas e, seguindo a máxima de Cox (1981, p128, tradução nossa), para quem “a teoria é sempre para alguém e algum propósito”, servir aos propósitos de contribuir com a busca pela paz, pela justiça e “o projeto prático de estender a comunidade para além do the Estado-nação” (LINKLATER, 1990, p.171, tradução nossa).

## 2. A ESCOLA CONSTRUTIVISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS FUNDAMENTOS

A corrente construtivista e sua agenda de pesquisa para as Relações Internacionais começaram a ser articuladas no fim da década de 80 e no começo da década de 90, quando alguns desdobramentos da discussão acadêmica sobre o tema trouxeram à tona questões teóricas novas que poderiam ser melhor trabalhadas. Lapid (1989) argumenta nesse sentido, ao sugerir que os paradigmas empiristas-positivistas das ciências sociais estavam sendo desafiados pelo declínio gradual da crença dos estudiosos na capacidade de se produzir conhecimentos objetivos e perfeitamente racionais, levando ao surgimento de um “terceiro debate”. Em contraste com debates anteriores sobre “idealismo versus realismo” e “história versus ciência”, o terceiro debate confrontaria o positivismo com uma agenda pós-positivista. Essa agenda seria marcada por três características fundamentais: uma preferência por uma filosofia da ciência pautada pela construção meta-teórica de redes integrativas e socialmente localizadas de conhecimento, o que recebe o nome de “paradigmatismo”; um esforço em fazer com que premissas epistemológicas, ontológicas e axiológicas que estão embutidas na visão de mundo dos analistas transpareçam perante o escrutínio crítico, o que se chama de “perspectivismo”; e uma ênfase em um pluralismo metodológico que repudia projetos rígidos de produção científica e encoraja uma postura de abertura, flexibilidade e contestação na formulação de ideias e conceitos, o que se entende como “relativismo”. Ao exortar o potencial dessa abordagem, o autor defende que o terceiro debate contribui com o aprimoramento dos estudos de relações internacionais ao trazer a possibilidade de “promover um ambiente intelectual mais reflexivo no qual o debate, a crítica, e a novidade possam circular livremente” (LAPID, 1989, p. 250, tradução nossa).

É nesse espírito que Nicholas Onuf (1989) cunhou o termo “construtivismo” e foram escritas as principais obras de Alexander Wendt, identificado por Adler (2013, p.119, tradução nossa) como “o principal acadêmico construtivista”. Os conceitos-chave apresentados no artigo seminal *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics* (WENDT, 1992), dentre os quais se incluem “identidade”, “interesses”, instituições, “normas”, “sistemas de segurança”, “comunidades” e “interação” permeiam a literatura construtivista, e formam a base da exposição analítica aqui apresentada. Fundamentalmente, o artigo de Wendt segue uma tendência crítica dos autores dessa filiação ao modelo anárquico neorrealista exposto na *Theory of International Politics* de Kenneth Waltz (1979), como se

exemplifica pela preferência de Onuf e Klink (1989, p. 170, tradução nossa) em descrever o caráter geral das relações internacionais como “uma rede de relações de governança hierárquicas, heterônomas e hegemônicas sobrepostas umas às outras”. Wendt (1992, p. 391-392, tradução nossa) acusa a teoria racionalista de “tratar as identidades dos agentes como dada de maneira exógena” e de ter “uma noção fundamentalmente comportamental de processos e instituições”, e tenta reverter esses postulados ao afirmar “uma noção cognitiva, intersubjetiva de processo na qual identidades e interesses são endógenos à interação” (WENDT, p.394, tradução nossa). Incumbir-se-á doravante de explicar como isso é feito pela abordagem construtivista, com atenção aos seus conceitos principais.

## **2.1 IDENTIDADE SEGUNDO O CONSTRUTIVISMO**

A centralidade do conceito de identidade e sua função como um predicador dos interesses dos agentes das relações internacionais no construtivismo só pode ser compreendida à luz das premissas teóricas que estão na base dessa corrente de pensamento. Conforme se atesta pelas suas origens, o senso de realidade do construtivismo, embutido tanto no retrato ontológico de seus objetos de estudo assim como nas suas técnicas epistemológicas, não admite uma separação estrita entre os fenômenos sociais em si e aqueles que pretendem descrevê-los, visto que “porque o mundo material não vem classificado, os objetos do nosso conhecimento não são independentes de nossas interpretações e nossa linguagem, e são portanto artefatos sociais” (ADLER, 2013, p. 113, tradução nossa). Isso significa que os métodos e conceitos empregados pelo construtivismo refletem um esforço por parte do analista de natureza primordialmente reflexiva e interpretativa, que, além de tratar os eventos internacionais como produtos de processos de compartilhamento de conhecimentos e significados atrelados a um contexto sociocultural delimitado, contém consigo os recursos cognitivos que o próprio analista, enquanto indivíduo inserido em redes coletivas de significação que lhe formaram enquanto tal, aplica habitualmente em sua atividade. É nesse sentido que Guzzini (2000, p. 162, tradução nossa) fala de uma “virada hermenêutica dupla” na qual se interpreta “o nível da ação propriamente dita e o nível da observação. Em ambos os casos nós interpretamos, ora decifrando internamente o mundo da vida do ator, e ora decifrando a linguagem compartilhada pela comunidade de observadores”.

Essa postura implica que o construtivismo se situa em um contexto maior de produção intelectual e busca interagir com outras correntes a fim de introduzir uma dimensão

sociológica ao estudo das relações internacionais, combinando critérios de rigor científico, desenvoltura interpretativa e capacidade crítica. De acordo com Adler (1997), o construtivismo assim o faz ao assumir uma posição intermediária entre as escolas de relações internacionais, que, embora não rejeite totalmente a premissa racionalista e materialista de uma realidade material que serve de elemento estruturante para a construção de interesses, converge com correntes relativistas e idealistas, como o neoliberalismo e o pós-modernismo, ao afirmar a imprescindibilidade das elementos ideacionais na formulação e execução das ações humanas. Dessa forma, evita-se o determinismo teórico denunciado por Cox (1981) como mero “problem-solving”, assim como uma tendência analítica individualista e socialmente desconexa caracterizada por Kratochwil e Ruggie (1986) como uma epistemologia estritamente positivista que se mostrava defasada e inadequada para lidar com uma ontologia que estava se consolidando em termos de comunicação, socialização e intersubjetividade. Para o construtivismo, portanto, as ideias são “[...]compreendidas em geral como conhecimento coletivo, institucionalizado em práticas” e “são o meio e o propulsor da ação social, elas definem os limites do que é cognitivamente possível e impossível para indivíduos” (ADLER, 1997, p. 325, tradução nossa).

Essa posição de primazia que se atribui às ideias e sua presença difusa nas coletividades atestam que “o construtivismo social se baseia em uma dimensão irreduzivelmente intersubjetiva da ação humana (RUGGIE, 1998, p. 856, tradução nossa)”. Ao afirmar esse sustentáculo ideacional na composição de fenômenos sociais, o construtivismo efetivamente se recusa a caracterizar o comportamento de agentes internacionais como algo dado de antemão por condições sistêmicas, e presume que as condições atuais da política internacional são resultado de processos sociais que formalizam estruturas políticas de natureza fundamentalmente convencional e contingente. Contudo, se essa é de fato a condição típica das relações internacionais, cabe ainda questionar o porquê de ser possível identificar entre os agentes internacionais padrões de ação regulares que demonstram uma preferência clara e recorrente para certos atos e não para outros, o que sugere um caráter de estruturalidade e rigidez em suas deliberações. É possível dizer que “O construtivismo é então conducente ao estudo empírico das condições que fazem uma noção de interesse intersubjetivo particular prevalecer sobre outras (ADLER, 1997, p. 337). Daí se deriva a importância do conceito de identidade.

Segundo Jepperson et al (1996, p. 21, tradução nossa), o conceito construtivista de identidade “[...] vem da psicologia social, referindo-se às imagens de individualidade e distintividade (*‘selfhood’*) mantidos e projetados por um ator e formado (e modificado com o

tempo) pelas relações com ‘outros’ relevantes”. O que se tem, então, é uma condição na qual todos os atores internacionais encontram-se *a priori* perante a necessidade de significar a si mesmos e outros agentes e entidades de acordo com os dados cognitivos que a interação intersubjetiva fornece, e, ao fazê-lo, eles constroem autoimagens e imagens do outro que parametrizam suas ações e determinam seus imperativos. Essa dinâmica inter-relacional da formação dos integrantes das relações internacionais é o que faz o construtivismo falar em um aspecto “mutuamente constitutivo” (WENDT, 1992, p. 399) das identidades. Uma vez constituída e entendida como tal, a identidade exerce sobretudo uma função estabilizadora, dando ao ator um esquema coeso e previsível de entendimentos sobre si mesmo e o mundo e um repertório de ações delimitado de acordo com preferências que daí se implicam (WENDT, 1992, p.397; HOPF, 1998, p. 174-175).

Esses entendimentos, tanto sobre si quanto sobre o outro, são afetados pelas trocas intersubjetivas de significados, o que leva à auto reprodução ou transformação da identidade de acordo com o que um determinado agente julga como consoante com os compromissos identitários que ele assumiu. É nesse sentido que se diz que “o constructivismo se associou com a hipótese de que muito do comportamento humano é motivado por uma lógica normativa de adequação ao invés de uma lógica instrumental de consequências” (WENDT; FEARON, 2002, p. 65), ou seja, os cálculos sobre a ação não designam uma tentativa estritamente consequencialista de atingir interesses definidos abstratamente, mas levam em conta uma série de juízos de valor que se submetem aos aspectos da identidade tidos como fundamentais e intransigíveis, estabelecendo, assim, uma dimensão regulamentar sobre o que convém ou não fazer. O que há, então, é uma interação comum entre identidades, normas e interesses, que se combinam em uma forma estrutural para dar origem a instituições, que por sua vez vão determinar padrões de conflito ou cooperação (WENDT, 1992, p. 399). Uma vez explicadas as identidades, cabe compreender como normas e interesses integram esse processo de institucionalização.

## 2.2 NORMAS SEGUNDO O CONSTRUTIVISMO

Os construtivistas definitivamente não foram os primeiros a estudar normas enquanto elemento de relações internacionais. Em um dos principais estudos sobre o tema, Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998, p. 889) tratam a discussão sobre os elementos morais e regulatórios da sociedade como um elemento já consagrado na ciência política, sendo

trabalhado por autores clássicos das relações internacionais como E. H. Carr e Hans Morgenthau. O que dá distinção à contribuição construtivista, portanto, é a sua aparição em meio a contestação dos princípios teóricos que vigoravam ao longo do debate neorrealista/neoliberal, representando uma alternativa analítica fundada na teorização dos processos e práticas sociais, levando em conta a dimensão interativa e identitária que se pressupõe embutida nas relações humanas. Assim, se “para racionalistas, o cumprimento deriva da coerção (às vezes), cálculo instrumental (sempre) e incentivos - usualmente materiais, mas também possivelmente sociais” (CHECKEL, 2001, p. 559, tradução nossa), há no construtivismo a possibilidade de explicar o fenômeno como um processo de socialização, tendo em vista um paradigma segundo o qual “o mecanismo de escolha é não instrumental, e o ambiente [...] é caracterizado pela interação social entre agentes, onde aprendizado mútuo e a descoberta de novas preferências substitui cálculos unilaterais (CHECKEL, 2001, p. 559, tradução nossa).

Assumindo, então, que ações sociais necessariamente correspondem a identidades constituídas a partir de interações intersubjetivas, que agentes sociais buscam adaptar sua atividade de acordo com o que melhor se adequa às identidades que assumiram para si, e que identidades e interesses são revisados em meio a processos de aprendizagem sobre o mundo social e suas possibilidades, as normas são então definidas como “um padrão de comportamento apropriado para atores com uma determinada identidade” (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 891). Portanto, quando se fala em “institucionalidade” no léxico construtivista, o termo faz referência a uma situação na qual a interação e constituição mútua entre normas e identidades atingiu um tal patamar de solidez entre os membros de um determinado grupo a ponto de ser um componente regular de sua estrutura, conforme a definição de instituição como “uma coleção relativamente estável de práticas e regras definindo o comportamento apropriado para grupos específicos ou atores em situações específicas” (MARCH; OLSEN, 1998, p. 948). O argumento, em suma, é que as interações sociais levam à formação de identidades, as identidades balizam os juízos normativos, e as instituições sociais funcionam pela assimilação de ambos.

A partir desse entendimento sobre o que são as normas, os construtivistas ergueram uma agenda de pesquisa focada em três temas centrais: como as normas influem sobre o comportamento dos membros de uma sociedade; como a socialização difunde normas entre sociedades distintas; e como se dá a emergência de novas normas em primeiro lugar (HOFFMANN, 2017, p.3). Em *International Norm Dynamics and Political Change*, Finnemore e Sikkink procuram desenvolver um marco teórico propriamente construtivista

para responder esses questionamentos, e desde logo seu trabalho apresenta diferenças com abordagens tradicionais. Primeiramente, a norma é aí compreendida não como uma mera manifestação de interesse, mas como um reflexo do senso de apropriação e validação que se atribui a determinadas condutas. As normas poderiam, então, ser divididas em três categorias de acordo com suas funções: elas podem ser reguladoras, com o fim de ordenar e reprimir certos comportamentos; constitutivas, dando origem a novos atores, interesses ou categorias de ação; ou prescritivas, que constroem o senso de dever-ser. Essa última qualidade seria justamente o que faz uma norma ser distinta perante outros tipos de regras, e daí se conclui que “tanto a dimensão intersubjetiva quanto a avaliaria são inescapáveis quando se discute normas” (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 891, tradução nossa). Além disso, contrariamente às tendências neoclássicas, se rejeita a noção que seja possível separar a esfera internacional da doméstica quando se trata de normas, pois “muitas normas internacionais começaram como normas domésticas e se tornaram internacionais pelos esforços de empreendedores de vários tipos (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 893, tradução nossa).

Dessa maneira, as normas são parte de uma dimensão comunicativa e social que diz respeito aos juízos de valor, e dependem que uma determinada coletividade lhes aceite como um princípio de sua organização. Isso ocorre, portanto, por um processo chamado de “ciclo” da vida das normas”, dividido em três etapas: a emergência de uma norma enquanto um fato novo; uma “cascata normativa”, ou seja, a aceitação generalizada da norma; e a internalização normativa, pela qual a norma é efetivamente incorporada nas práticas sociais e institucionais (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 885). Como um todo, o processo ocorre da seguinte maneira: inicialmente, aparecem “empreendedores normativos”, que são grupos ou indivíduos que buscam convencer um determinado público a criar novas normas para que os valores da comunidade possam ser melhor defendidos e/ou modificados. Esses empreendedores precisam ser persuasivos o suficiente para fazer com que o grupo que se busca influenciar seja receptivo à ideia, e às vezes precisam recorrer a técnicas inovadoras ou até mesmo confrontacionais, pois “novas normas nunca entram em um vácuo normativo mas sim emergem em um espaço normativo altamente contestado no qual eles devem competir com outras normas e percepções de interesse” (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 897, tradução nossa).

Caso haja êxito neste pleito, segue-se à etapa da “cascata normativa”, que se inicia após a etapa anterior alcançar um grau de difusão suficientemente grande em uma sociedade, e culmina finalmente na internalização e generalização da norma quando ela adquire “uma qualidade de ‘dada como certa’ que faz com que a conformidade com a norma seja quase

automática (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 904, tradução nossa). Esse caminho é percorrido de acordo com um processo que, embora ocorra segundo as formalidades das relações entre Estados, corresponde fundamentalmente a uma forma de socialização, na qual é preciso que os novos aderentes acreditem que a norma reflita sua identidade. Efetivamente, ao evocar os sentidos de identidade em vigência na comunidade internacional durante o esforço de persuasão, os empreendedores normativos estão exercendo um tipo de pressão sobre os entes que ainda não aderiram à nova norma. Segundo as autoras, “as três motivações possíveis para responder à pressão dos pares são legitimidade, conformidade e estima” (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 903, tradução nossa). Essas motivações dizem respeito à uma condição dos Estados que os faz buscar validação perante outros agentes cuja opinião parece relevante, seja pelo credenciamento que outras normas lhe conferem, pelo crédito que se dá habitualmente a determinadas práticas ou instituições, ou pela força dos compromissos que certos tipos de auto-imagem exercem sobre quem pretende manifestá-las. Assim, o processo descrito, como um todo, revela uma relação de constituição mútua entre os cálculos estratégicos dos agentes e os valores sociais vigentes codificados em normas, no qual um não pode ser transformado sem que o outro também se transforme. Essa interconexão desses dois aspectos é então sumarizada da seguinte maneira:

Nosso argumento é simplesmente que os processos de construção social e barganha estratégica são profundamente entrelaçadas, e, ficando pendente um tratamento melhor dessa relação, nós sugerimos que, pelo menos, uma análise gradual da relação entre racionalidade e contexto social pode dar para os dois lados: é possível modelar a escolha racional como a produtora do conhecimento social da mesma forma que é possível modelar o contexto social como condição para a escolha racional, dependendo a questão empírica sendo pesquisada. (FINNEMORE; SIKKINK, 1998, p. 911, tradução nossa)

O questionamento final referente às normas, tendo em vista o seu processo de confecção, diz respeito ao fracasso de alguns empreendimentos normativos, visto que muitos deles não conseguem atingir o patamar de difusão necessário para regular comportamentos e redefinir relações sociais. Por essa razão, autores construtivistas se esforçaram em identificar quais são as características das normas mais sólidas e resilientes, e como a falta dessas características leva uma norma a não ser implementada ou não resistir a adversidades. No trabalho de Finnemore e Sikkink (1998, p. 906) apontam-se características como a legitimação que serve como critério para que um Estado avalie seu posicionamento perante

seus pares; a proeminência, que diz respeito à boa reputação de uma norma em meio a uma comunidade de Estados; e algumas qualidades intrínsecas, como sua clareza, sua especificidade, sua longevidade e a universalidade de sua aplicabilidade.

### **2.3 SEGURANÇA SEGUNDO O CONSTRUTIVISMO**

Adler e Barnett (1998) propuseram uma agenda construtivista de pesquisa sobre segurança internacional ancorada no conceito de “comunidades de segurança” de Karl Deutsch, que designa uma comunidade internacional na qual “Estados se tornam integrados ao ponto de possuírem um senso de comunidade, que, por sua vez, cria a garantia de que resolverão suas diferenças sem recorrer à guerra” (op cit, p.3, tradução nossa). A abordagem de Deutsch considera que esse senso comunitário é erguido quando Estados conseguem convergir em certos valores centrais que lhes orientam a enxergar-se como unidos por vínculos de identidade e lealdade, o que leva à institucionalização das expectativas de preservação da ordem pacífica entre eles. A coordenação de ações e entendimentos necessária para atingir esse patamar de integração seria um processo eminentemente comunicativo, que se manifesta pela transação de informações nos mais variados campos da ação social, como “o comércio, a migração, o turismo, o intercâmbio cultural e educacional, e o uso de estabelecimentos físicos de comunicação” (op cit, p.7, tradução nossa). Essas transações seriam a base do processo de interligação identitária e o crescimento de seu volume entre os países seria o critério pelo qual se poderia aferir o desenvolvimento de uma comunidade de segurança.

Com o intuito de delimitar a definição do conceito de “comunidade de segurança”, Adler e Barnett (1998, p. 31) tentam primeiro definir comunidade em sentido amplo, o que é feito pela identificação de três características: compartilhamento de identidades, valores e significados; relações diretas e multifacetadas; e uma reciprocidade que expressa interesses de longo prazo ou até mesmo altruísmo. Esses critérios podem ser verificados tanto no nível doméstico quanto no internacional, e o que realmente distingue as comunidades de segurança de outros tipos de comunidade é a refração à resolução conflitiva de controvérsias entre seus membros e a expectativa regular de transições políticas pacíficas. Essa expectativa de que as ações do outro Estado não serão ameaçadoras ao ponto de merecerem respostas agressivas é irredutível à criação de alianças formais ou outros tipos de arranjos estratégicos, e meramente pressupõe consensos normativos de natureza tácita ou formal voltados para desincentivar o

recurso aos meios belicosos. Essas normas, somadas a hábitos e práticas assimilados pela comunidade, lançam as bases de uma estrutura de governança, o que implica não apenas na existência de mecanismos regulatórios que afetam as escolhas dos agentes, mas também em fatores constitutivos que externalizam uma certa identidade e autoimagem. Dessa maneira, a interpretação de uma estrutura de governança internacional engloba tanto o agir no âmbito internacional quanto no doméstico, pois a inserção do Estado em uma comunidade de segurança acarreta em um compromisso com a reprodução e difusão dos valores e aspirações que essa comunidade afirma em qualquer esfera de atuação (ADLER; BARNETT, 1998, p.35-36).

Os valores comunitários, então, servindo de meio pelo qual o agente interpreta sua relação com os outros membros da comunidade, interagem também com a concepção que ele possui de si, e de como suas próprias ações representam afirmações ou violações desses valores. Essa relação entre a concepção de si e a necessidade de preservar a lealdade a certos valores e práticas é explorada por Mitzen (2006, p. 342, tradução nossa) sob o conceito de “segurança ontológica”, então definido como “[...] a necessidade de experimentar a si mesmo como uma pessoa plena e contínua temporalmente - como Ser ao invés de mudança constante”. Para a autora (2006, p. 343) o conceito explica as situações aparentemente irracionais que se verificam durante conflitos, quando uma ou mais de uma das partes insiste em dar prosseguimento às hostilidades apesar de haver pouca utilidade em fazê-lo: por trás da decisão, existe o senso de que abrir mão da luta causaria insegurança ontológica, e sem um quadro estável para situar sua concepção de si mesmo, o agente opta por persistir no que ainda está fazendo.

Como há uma relação entre segurança, comportamento e repetição, o conceito de rotina acaba por também ser importante, e se define como “[...] respostas cognitivas e comportamentais, internamente programadas, a informações ou estímulos” (MITZEN, 2006, p. 346). O propósito prático das rotinas é “servir a função cognitiva de fornecer aos indivíduos maneiras de conhecer o mundo e de como agir, lhes dando uma sensação de certeza que permite a escolha intencional (MITZEN, 2006, p. 346), e elas acabam por consolidar e parametrizar o comportamento de tal maneira que a quebra de um hábito rotineiro pode representar profunda insegurança e incerteza. No nível da interação entre Estados, portanto, isso significa que na medida que os agentes responsáveis pela governança dos Estados projetam neles traços identitários e estabelecem parâmetros do que constitui a segurança estatal em um determinado ambiente interativo, e, a partir daí, desenvolvem rotinas de interação que descambam em relações conflitivas, há o risco de que o conflito se preserve a

fim de manter o seu senso de segurança ontológica, situação na qual “[...] ambos os Estados tomam para si a identidade incorporada nas rotinas competitivas e portanto se tornam apegados à competição como um fim em si mesmo” (MITZEN, 2006, p. 360)

Outro modelo teórico importante e influente para as definições construtivistas de segurança e ameaça foi fornecida pela Escola de Copenhague, que “engendrou um entendimento teórico socioconstrutivista da segurança pela sua formulação dos ‘estudos de securitização’” (CHARRETT, 2009, p. 9, tradução nossa). A obra cardeal dessa escola, *Security: A New Framework for Analysis*, define a segurança como “[...]o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas do jogo e enquadra a questão como um tipo especial de política ou acima da política. A securitização pode então ser vista como uma forma mais extrema da politização” (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p. 23, tradução nossa). O que isso significa, em suma, é que a teoria da securitização presume que as sociedades se encontram previamente organizadas em modelos políticos com regras mais ou menos claramente definidas, e que, se, em algum momento se identifica que algo que essas sociedades valorizam esteja sob ameaça, as regras formais de regência dos assuntos políticos podem ser suspensas e dar espaço a fórmulas excepcionais de soluções de problemas, o que é, efetivamente, o fenômeno da securitização. O processo pelo qual se identifica uma ameaça e essa percepção se difunde socialmente é dividido em partes: primeiramente, um ator proeminente identifica um objeto referente, que pode ser qualquer coisa à qual se atribua importância, e comunica a perspectiva dessa coisa ser perdida e causar um prejuízo irreparável à comunidade, havendo aí o que se chama de ameaça existencial (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p. 24). A partir daí, o esforço persuasivo passa a convencer uma audiência da inadequação dos meios usuais de resolução política para repelir a ameaça existencial, e uma vez que esse convencimento é atingido se dá espaço às ações securitizantes. Em resumo, “Uma securitização bem sucedida tem então três componentes (ou passos): ameaças existenciais, ação emergencial e efeitos nas relações interunidade pela quebra das regras (BUZAN; WÆVER; DE WILDE, 1998, p. 25, tradução nossa)

### **3. RELAÇÕES COLÔMBIA VENEZUELA: APONTAMENTOS INICIAIS**

A presente sessão do artigo tem como meta descrever um processo transformativo que afetou as relações Colômbia-Venezuela, passando por um período de desgaste até uma reaproximação no contexto da assinatura dos tratados de paz com as Farc em 2016. Para

fazê-lo, aborda-se a estratégia diplomática do então presidente colombiano Juan Manuel Santos, assim como os novos fatos trazidos à relação por duas figuras importantes ao caso: Álvaro Uribe Velez, presidente da Colômbia entre 2002 e 2010; e Hugo Rafael Chávez Frias, presidente da Venezuela desde 1999 até seu falecimento em 2013. Inicialmente, explorar-se-á como esses dois governantes interagiram com as tendências de política doméstica e exterior dos seus respectivos países e introduziram mudanças significativas na maneira de lidar com o conflito colombiano e a agenda regional latinoamericana, levando a um ponto de hostilidade mútua e ruptura de relações diplomáticas. Em seguida, volta-se ao esforço do governo Santos para dar fim ao conflito interno durante o seu mandato e seu uso da diplomacia regional e do Direito Internacional para atingir esse objetivo, levando-o a reatar relações com sua contraparte venezuelana, ampliar o número de agentes internacionais envolvidos na confecção do acordo de paz e reestruturar a política externa colombiana em termos mais próximos do multilateralismo. Os tópicos seguintes tratarão das linhas gerais da história política da Colômbia e da Venezuela, da ideologia e dos feitos dos governos Uribe e Chávez, e do processo de negociação empreendido por Santos, até o acordo de paz com o grupo FARC-EP e sua subsequente desmilitarização.

### **3.1 A POLÍTICA DOMÉSTICA E A POLÍTICA EXTERNA DA COLÔMBIA**

A presidência de Uribe pode ser descrita como uma ruptura em relação a algumas das linhas tradicionais da política colombiana assim como uma intensificação de outras tendências típicas do país, o que enseja uma contextualização histórica. O arranjo social colombiano herdou do período colonial e das circunstâncias políticas do processo de independência uma série de características que acabariam por construir uma sociedade marcada pela conflitividade, pelo controle oligopólico e personalizado das instituições públicas por elites econômicas e partidárias, pela desigualdade social e pela ausência de um pacto democrático abrangente voltado para atender necessidades coletivas e inseri-las dentro de um projeto coeso de construção de Estado. Para LaRosa e Mejía (2013, p. 77-78), a experiência política do nascente Estado colombiano tem como constante o seguinte fenômeno:

O século XIX deixou como lição que o presidencialismo, como campo propício para o manejo partidário do Estado, próprio das democracias liberais, se converteu em fator de violência crônica entre os associados, pois era necessário que o desequilíbrio que ele gerava no sistema de controle dos poderes públicos fosse mantido em qualidade de monopólio, e que por ele se excluísse o partido oposto, como requisito de permanência no poder. Isso se fazia, geralmente, pela força das armas: o triunfo garantia a exclusão do opositor, situação que por si mesma só podia ser corrigida de novo pela guerra.

Assim, o primeiro século da Colômbia Independente é marcado pela ocorrência de guerras civis entre os partidos políticos, seguindo uma fórmula de controle das elites sobre os partidos, o controle dos partidos sobre os recursos e as massas, e o emprego dos recursos e das massas na disputa violenta do controle de uma parcela maior dos recursos e das massas. Com o século XX, as dinâmicas conflitivas da Colômbia se afastam desse padrão, com uma redistribuição da capacidade de infligir violência entre vários grupos paraestatais com capacidades, objetivos e alinhamentos distintos, dentre os quais se incluem cartéis narcotraficantes, elementos corruptos do funcionalismo público, grupos paramilitares de direita e, no contexto da Guerra Fria, guerrilhas de orientação marxista e comunista. É nesse contexto que o grupo *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia - Ejército del Pueblo* foi fundado, com LaRosa e Mejía (2013, p. 208-209) caracterizando sua origem como distinta de outras guerrilhas de esquerda: enquanto grupos como a ELN tiveram origem no meio universitário e tiveram sua base ideológica em um internacionalismo inspirado pela Revolução Cubana, as FARC-EP têm suas raízes nos velhos conflitos sociais da Colômbia e são originárias de comunidades camponesas que foram expulsas por latifundiários de suas terras durante os anos vinte e trinta, com o evento fundador sendo uma operação do exército colombiano que destruiu uma base militante em Marquetália no ano de 1964.

Se, no campo doméstico, as transições de governo historicamente não provocavam grandes transformações nas estruturas basilares da política colombiana e impactavam mais os grupos particulares a disfrutar do controle das estruturas de poder nacional em um momento particular, uma estabilidade similar se via na política exterior da Colômbia. A estratégia internacional colombiana, como se compreende mesmo durante os dias de hoje, teve como seu arquiteto Marco Fidel Suárez, Ministro de Relações Exteriores entre 1914 e 1917 e Presidente da República entre 1918 e 1921, recebendo dele o nome de *respice polum*. O latinismo, que significa “olhar para cima”, expressa um fato constante que se pode observar durante todo o percurso da política externa colombiana até então: “As relações da Colômbia com o resto do mundo estiveram fortemente influenciadas pelos seus vínculos com os Estados

Unidos” (DALLANEGRA PEDRAZA, 2012, p 38-39, tradução nossa). Apesar dessa plataforma ter sido lançada durante a administração do Partido Conservador, seu maior rival, o Partido Liberal, seguiu a mesma linha, com Torres (2010, p.202) afirmando que “en términos generales, durante los años treinta, el liberalismo colombiano abandonó su nacionalismo económico y se dejó domesticar por los Estados Unidos, desembocando así en el principio dual de la libre empresa y la solidaridad hemisférica bajo la hegemonía de Washington”. Por isso, mais do que uma tática momentânea de um momento histórico específico, o *respice polum* acabou por se tornar o fundamento da política externa colombiana como um todo.

Dentre os fatores que se elencam para explicar a iniciativa colombiana por consolidar essa parceria, cita-se a fresca memória da humilhação diplomática sofrida pela Colômbia ao perder o Panamá em meio à pressão estadunidense pela construção de um canal, o que fez com que os governantes colombianos chegassem à constatação que a hegemonia estadunidense sobre o continente americano seria um fator de longo prazo e, diante da impossibilidade de recuperar o território perdido e reorganizar a política externa colombiana em termos autonomistas, “a elite governamental se mostraria mais interessada em obter uma reparação econômica pontual e em estabelecer uma relação especial com a potência emergente” (TORRES, 2010, p. 195, tradução nossa). Além disso, os Estados Unidos atingiram nessa época projeção não apenas no espaço continental mas também internacionalmente, uma vez que as potências europeias encontravam-se debilitadas pelos prejuízos causados pela Primeira Guerra Mundial. Assim, “os capitais que o país necessitava para o seu desenvolvimento, para a exploração do petróleo, a abertura de vias de comunicação e o melhoramento dos serviços públicos, na opinião dos principais dirigentes econômicos do país, só podia vir dos Estados Unidos” (DALLANEGRA PEDRAZA, 2012, p.42, tradução nossa).

Desde o ponto de vista estadunidense, a abertura do Canal do Panamá e a nova relação desenvolvida com a Colômbia representou uma porta de entrada para a aquisição de influência a nível continental, e assim “os interesses de segurança propugnados pelos Estados Unidos passaram da fase expansionista à fase de consolidação” (TORRES, 2010, p. 196, tradução nossa). Em um informe publicado pelo *Centro Nacional de Memoria Histórica*, órgão ligado ao governo colombiano dedicado à preservação da memória do conflito interno, alguns fatos e eventos são ressaltados a fim de mostrar que esse aumento de influência afetou profundamente a maneira que o Estado colombiano lidaria com a repressão às guerrilhas nas décadas subsequentes. Segundo o informe, os Estados Unidos e a classe governante da

Colômbia desenvolveram ao longo das décadas várias iniciativas programáticas que acabaram por formar as diretrizes de política de segurança colombiana de acordo com um perfil orientado predominantemente às prioridades geopolíticas e ideológicas do bloco Ocidental da Guerra Fria, consolidando nas doutrinas e nas práticas governantes e dos militares a ideia de que o comunismo era a principal ameaça ao continente americano e à segurança global.

As iniciativas citadas pelo informe são múltiplas, e possuem vários escopos de atuação. Durante o governo de Eduardo Santos, os vínculos econômicos entre os dois países se intensificam e se autoriza a presença de bases e missões militares americanas na Colômbia, e o presidente justifica fazê-lo para “[...] ‘antes de tudo demonstrar a confiança absoluta da Colômbia nos Estados Unidos’” (CANTOR, 2015, p.10, tradução nossa); durante a Guerra da Coreia, uma força expedicionária colombiana é levada aos campos de batalha, “assessorada pela Missão Militar dos Estados Unidos e suas tropas do Canal do Panamá, o que representa um ponto de inflexão na *norteamericanização* do exército colombiano” (CANTOR, 2015, p. 13, tradução nossa); após essa experiência internacional, as forças armadas se moldam de acordo com a doutrina estadunidense e lhe difundem por revistas e publicações, “em cujas páginas proliferam artigos anticomunistas, próprios ou traduzidos, porque «nossas forças armadas têm uma orientação francamente norteamericana»” (CANTOR, 2015, p. 15); no campo social e econômico, empreendem-se projetos de desenvolvimento e reforma agrária, “com o fim de eliminar as condições objetivas que dão origem aos movimentos revolucionários e aproximar o exército do campesinato, ainda que a assistência dos Estados Unidos priorize os seus mercados” (CANTOR, 2015, p. 16, tradução nossa); e no campo da repressão armada, as forças de segurança colombianas adotam os princípios e métodos das doutrinas de contra insurgência, sendo notório o papel da missão do general William Yarborough, que chega inclusive a propor que “o Estado organize grupos paramilitares para ‘executar atividades paramilitares, de sabotagem e/ou terroristas, contra conhecidos partidários do comunismo’” (CANTOR, 2015, p.29, tradução nossa).

### 3.2 O GOVERNO URIBE

A eleição de Uribe representa um marco na história política colombiana por ser a primeira vez em mais de um século em que um candidato fora do eixo liberal-conservador triunfa nas eleições presidenciais. Essa vitória se deu em meio às efervescências políticas derivadas do legado de seu antecessor imediato no Palácio de Nariño, o conservador Andrés

Pastrana Arango, e de duas iniciativas políticas referentes ao conflito empreendidas por este governante. A primeira delas foi um processo de paz malgrado desenvolvido entre 1999 e 2002 com as Farc, que, após o colapso das negociações, teve como consequência, conforme sugere Antunes (2018, p.68), uma virada da opinião pública colombiana em direção à preferência pelo enfrentamento militar. A segunda foi o lançamento do chamado Plano Colômbia, um programa de apoio material articulado conjuntamente por Andrés Pastrana e o presidente estadunidense Bill Clinton. O programa tinha como meta complementar o processo de paz com a alocação de verbas ao combate a elementos que eram então interpretados como as causas da violência e da fraqueza do império da lei na Colômbia, como o subdesenvolvimento, as debilidades do aparato de segurança pública e, principalmente, o financiamento da violência pelo comércio ilegal de drogas. Essa maneira de abordar o conflito acabou por intensificar a interconexão entre a agenda de segurança continental dos Estados Unidos e o projeto nacional colombiano, e, por essa razão, Rojas (2007, p. 20) caracteriza o plano como “um programa de luta antinarcóticos intensificado” e Tickner (2007, p.105-106, tradução nossa) o considera como um exemplo primordial do que chama de “intervenção por convite”, que pressupõe:

“[...] a aceitação da primazia política, econômica e militar dos Estados Unidos –um traço histórico da política exterior da Colômbia, o imperativos de que o país do norte tivesse uma forte presença na Colômbia, e a alienação da autonomia do Estado e de seu controle sobre os processos de tomada de decisão a respeito da luta antidrogas e antiterrorista.”

Assim, contando com uma opinião pública fatigada pelos fracassos no campo das negociações e com um apoio ainda mais intenso de seu principal país aliado, Uribe teve condições excelentes para fazer da política externa um instrumento importante de seu programa de governo e fazer valer sua visão sobre a construção do Estado e relações regionais. O eixo de sua política era um programa de governo denominado Segurança Democrática, seguindo uma lógica de interconexão entre a segurança nacional e a prosperidade coletiva e propondo atingir três objetivos fundamentais: “1) melhorar a eficácia da luta anti-guerrilha, 2) restaurar o princípio de autoridade a partir da execução das reformas institucionais necessárias e 3) endereçar a situação econômica e social” (HERNÁNDEZ, 2007, p. 151). Essas metas, somadas ao contexto no qual a política global se encontrava no momento, trouxeram uma perceptível intensificação da dinâmica de *respice polum* no

relacionamento entre a Colômbia e os Estados Unidos, com fatores típicos do período adicionando novos elementos à essa modalidade de política externa.

Notavelmente, em meio ao cenário do pós 11 de setembro e o nascente discurso de “guerra ao terror”, verifica-se que “O objetivo principal da política externa de Uribe foi vincular o conflito armado à cruzada internacional liderada pela administração de George W. Bush contra o terrorismo” (TICKNER; PARDO, 2003, p. 68, tradução nossa). Seguindo esse espírito, a Colômbia aderiu à coalizão de países que apoiaram a guerra americana no Iraque, e convidou a comunidade internacional a respaldar o combate do governo colobiano às guerrilhas de acordo com esses mesmos parâmetros (TICKNER; PARDO, p. 71-72). Quanto ao Plano Colômbia, se durante o governo Pastrana havia uma certa ambiguidade entre o caráter anti-drogas que permeava a lógica do programa e a sua comensurabilidade com o conflito armado interno e seu aspecto político, o enquadramento anti-terrorista faz com que a agenda anti-narcóticos e anti-terror se fusionem em uma só, com as FARC, o ELN e a AUC sendo incluídas na lista de grupos terroristas do Departamento de Estado americano, o que faz com que Rojas (2006, p. 90, tradução nossa) conclua que “Deste modo, por uma estranha alquimia, o Plana Colômbia foi de um plano antinarcóticos em sua concepção, para um plano contrainsurgente na prática, e daí para um plano antiterrorista em sua denominação”. Além disso, a nível regional, se deu um esforço para fazer com que os demais países latino-americanos siguissem o exemplo colombiano, com Bush lançando a Iniciativa Regional Andina a fim de criar programas de assistência com outros países sul-americanos e Uribe admoestando países vizinhos pelo reconhecimento das FARC como grupo terrorista e pela inserção do terrorismo e do narcotráfico nos termos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TICKNER; PARDO, p. 72-73). A nova agenda encontrou alguma resistência entre esses países, com as principais desavenças partindo da Venezuela.

### **3.3 HUGO CHÁVEZ E A POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA**

Arlene Tickner (2007, p. 93, tradução nossa), resumindo as conclusões dos estudiosos da política externa dos países latino-americanos durante as décadas de sessenta e setenta, diz que “a periferia se reduzia a duas opções: a ruptura das relações centro-periferia através de processos revolucionários ou a ação de esquemas de associação dependente”. Se a Colômbia demonstrou ao longo de sua história uma preferência clara pela segunda opção, a Venezuela bolivariana talvez represente um dos exemplos mais extremos da opção

pela primeira via. O neologismo que qualifica o país na frase anterior, e que hoje integra o seu nome oficial, foi primeiramente ostentado com as conotações que possui hoje pelo *Movimiento Bolivariano Revolucionário 200* (MBR-200), entidade político-militar responsável por uma tentativa fracassada, porém popular, de golpe de Estado em 1992, com o seu líder, o tenente-coronel Hugo Chávez Frías, posteriormente reorganizando-o em uma força eleitoral vitoriosa que recebeu o nome de *Movimiento V República* (LANDER; MAYA, 1998, p. 9).

O “V” faz menção ao conceito de “Quinta República”, uma nova fase da história venezuelana que se pretendia inaugurar. Naturalmente, entende-se que o período no qual a ascensão do movimento ocorreu se denominava como Quarta República, que se tratava de uma época histórica com características bem definidas e uma série de problemas e tensões sociais que ensejaram o ativismo revolucionário. Esse período tem o seu início em 1958, quando, após a derrocada do ditador militar Marcos Pérez Jiménez, três partidos políticos organizam um modelo de democracia constitucional para a Venezuela no chamado Pacto de Punto Fijo, com o sistema correspondente se denominando puntofijismo (Zahler, 2017, p. 3). Para Zahler (2017, p. 3-4), embora o puntofijismo tenha o mérito de preservar um regime democrático estável e pouco suscetível a violência interna durante quatro décadas, ele apresentava duas falhas estruturais que acabaram por se tornar problemas crônicos da política venezuelana. A primeira é uma desconexão entre as demandas populares e as ações dos políticos, com o acesso às receitas da abundante exploração do petróleo venezuelano mantendo a classe política distante da necessidade de construir bases eleitorais de maneira orgânica e popularmente engajada. A segunda é uma falta da cultura de uma oposição leal, ou seja, uma relação entre os partidos na qual eles compartilham amplamente os pressupostos do regime democrático mas competem entre si em uma série de pautas políticas em um sistema de alternância de representantes e políticas públicas em vigor. No caso venezuelano, embora existisse um fundamento constitucional preservado em comum pelos partidos, as diferenças de programa político eram insignificantes e havia efetivamente um sistema de partilha de poder, privando a população em geral de um debate nacional substancial e de alternativas políticas.

Em matéria de política externa, Amado Cervo (2003, p. 157) caracteriza o puntofijismo como imbuído de um sentimento de autoconfiança, fomentado por duas percepções: “a superioridade econômica advinda da riqueza petrolífera e a superioridade política advinda da tradição democrática, inaugurada por Rômulo Betancourt, em 1959”. Cervo (2003, p. 159) ainda ressalta as implicações desses fatores para as metas comerciais da

Venezuela e suas interações com os países vizinhos: no caso do comércio, o petróleo cultivava uma “dependência dos Estados Unidos, principal investidor, cliente e fornecedor”, e a tradição política se manifestava nas relações exteriores pela Doutrina Betancourt, que rejeitava o reconhecimento de regimes originários de processos antidemocráticos, e “se despertava a simpatia de pequenos Estados, provocava a indisposição dos grandes – México, Argentina e Brasil – defensores do princípio de não-intervenção”. Barrantes (2013, p. 73) ainda menciona a política externa venezuelana do puntofijismo acomodou uma vertente “conservadora”, orientada a um modelo de associação dependente com os Estados Unidos, assim como uma vertente “progressista”, representada principalmente por Carlos Andrés Pérez e Luis Herrera Campins, visando utilizar o petróleo como instrumento para a autonomia e diversificação de parcerias.

Com a eleição de Chávez em 1998, o sistema pactuado entre os partidos tradicionais é efetivamente dissolvido, e a partir daí “o processo político venezuelano se confunde com a figura do presidente” (VILLA, 2004, p.24, tradução nossa). Durante os primeiros anos de governo, a nova administração tenta emplacar reformas políticas, econômicas e sociais, mas os problemas crônicos da política venezuelana, como as redes profundas de clientelismo e a falta de uma cultura de oposição leal, se manifestam na forma de uma extrema intransigibilidade por parte dos agentes políticos e uma polarização intensa entre chavistas e oposicionistas, e assim “[...] a oposição se tornou insurrecionária” (ZHALER, 2017, p.4, tradução nossa) e “aparece uma radicalização diletante e dura no discurso chavista criando um quadro de polarização de campos políticos entre ‘nós e os outros’” (VILLA, 2004, p. 26, tradução nossa). As tensões eventualmente culminaram em uma tentativa de golpe de Estado contra Chávez em 2002, que, após ser repelida pelo governo, acabou por se tornar um divisor de águas na política venezuelana: a partir daí, a construção de um novo pacto nacional se tornou inexequível e “os ódios políticos superavam por uma ampla margem as possibilidades de conciliação nacional na Venezuela” (VILLA, 2004, p.26, tradução nossa).

A linha divisória entre o pré e o pós 2002 também serve para explicar as mudanças nas diretrizes da política externa venezuelana, em especial no que diz respeito à relação bilateral com os Estados Unidos. Segundo Villa (2004, p.29), os três primeiros anos do novo regime são marcados por um impulso autonomista e um “bilateralismo pragmático”, o que deu origem a algumas desavenças com os estadunidenses. O autor menciona uma decisão de negar o espaço aéreo venezuelano a voos da DEA americana, baseada, em opinião compartilhada pelas forças armadas da Venezuela, na percepção de que permiti-lo seria equivalente a se comprometer com uma agenda antinarcóticos direcionada desde Washington, expandindo a

dinâmica do plano Colômbia para as circunstâncias venezuelanas. Também havia desconfianças desde o ponto de vista de Washington, devido a “suspeitas de funcionários estadunidenses de que o governo Chávez, além de sua proximidade com Cuba, mantinha fortes vínculos ideológicos e logísticos com as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)” (VILLA, 2004, p.30, tradução nossa). No âmbito global, Chávez ainda demonstrou desdém pela agenda pós 11 de setembro empreendida pelos americanos, com gestos particularmente afrontosos sendo visitas feitas a Saddam Hussein e Muammar Gaddafi em 2000 e a condenação dos bombardeios americanos no Afeganistão em 2001 (VILLA, 2004, p. 35).

Se os feitos de então poderiam ser explicados como táticas de uma república petroleira meramente interessada em conseguir posições de maior destaque no ambiente regional e internacional, o evento do golpe de 2002 e o apoio diplomático dado a ele pelo governo Bush causam uma significativa mudança de panorama nas relações internacionais da Venezuela. Para Villa (2004, p. 40, tradução nossa), o episódio deixou a lição que “perante o tema da democracia, os EUA podem passar a se comportar como qualquer velho ou novo caudilho populista latinoamericano: a promessa da promoção da democracia pode ser rapidamente sacrificada em função de interesses geopolíticos hemisféricos imediatos”. O que se tem a partir daí é uma virada ideológica na política externa que abre caminho para uma visão confrontacionista, na qual os Estados Unidos passam a ser retratados como um elemento profundamente ameaçador.

Algumas novas estratégias passam então a reger a atuação internacional venezuelana. Primeiramente, “o reposicionamento geopolítico do país visava um novo tipo de alianças bilaterais com uma política anti-Occidente e sobretudo anti-americana, tentando formar vínculos próximos com potências extrarregionais como a Rússia, a China e o Irã em um novo sistema internacional multipolar” (SERBIN; SERBIN PONT, 2017, p. 234, tradução nossa). No plano regionalista, visando repelir iniciativas americanas na área do comércio como a Free Trade Area of the Americas (FTAA), é lançada a alternativa bolivariana ALBA, a fim de congregiar forças políticas alinhadas ao chavismo em um projeto regional, e a Venezuela busca também fortalecer as organizações regionais sul americanas pela sua participação na Unasul, na CELAC e no Mercosul (SERBIN; SERBIN PONT, 2017, p. 235-236). Finalmente, outro aspecto de sua política internacional foi a cooptação de movimentos sociais latinoamericanos de viés anti-globalização e anti-neoliberalismo, com o governo venezuelano fomentando e organizando fóruns sociais para lhes dar plataformas de projeção (SERBIN; SERBIN PONT, 2017, p. 236).

Em relação ao seu posicionamento quanto ao conflito colombiano, Chávez geralmente demonstrou simpatia pelas causas das guerrilhas e tentou lhes conferir legitimidade enquanto agentes políticos. Em 2008, declarou que as FARC e o ELN “não são nenhum grupo terrorista” e que reconhecia ambos “como forças insurgentes que têm um projeto político, que têm um projeto bolivariano, que é aqui respeitado” (CHÁVEZ, 2008a, tradução nossa). No plano diplomático, seu governo ainda tentou convencer os demais países a não declarar as FARC como grupo terrorista e dar-lhes reconhecimento como força insurgente, com o intuito de fazer com que o conflito interno colombiano ficasse subjacente às Convenções de Genebra (BRASIL, 2008). Em contrapartida, Chávez tentou se distanciar das ações ilegais e violentas das guerrilhas. Em emissão de seu programa de rádio e televisão em 2010 se perguntou “por quê uma guerrilha vai ter gente sequestrada?” e disse que as FARC “deveriam manifestar-se pela paz mas com demonstrações contundentes, como por exemplo que liberem todos os sequestrados” (CHÁVEZ, 2010, tradução nossa). Nos anos finais de sua presidência, com a perspectiva nascente do processo de paz, o presidente venezuelano manifestou apoio ao desarmamento das FARC e sua regularização, dizendo que “Estamos em um novo momento na busca da paz. A guerrilha colombiana não tem futuro pela via das armas” (CHÁVEZ, 2010) e que sua aspiração era “ver as FARC somando-se a um processo político sem armas” (DUZÁN, 2013).

### **3.4 TENSÕES DIPLOMÁTICAS DURANTE OS ANOS 2000**

Para Amado Cervo (2003, p. 164), “Raramente dois países foram chamados a uma convivência tão íntima quanto Colômbia e Venezuela”, pois desde o nascimento dessas nações, originárias da fragmentação da Grã-Colômbia, predominam temas comuns como “como a integração, o comércio, o desenvolvimento da zona de fronteira, a migração fronteiriça, o problema da dupla nacionalidade, a segurança, a cooperação judicial, a luta contra o tráfico transfronteiriço de ilícitos e a guerra revolucionária na Colômbia”. Devido às diferenças ideológicas profundas entre Uribe e Chávez, porém, não surpreende que desde o princípio de seu período comum comandando seus países as relações apresentaram dificuldades. Ainda no primeiro ano de governo Uribe, Tickner e Pardo (2003, p.74, tradução nossa) já assinalaram que “a relação entre os dois mandatários está afetada por uma evidente crise de confiança, pois cada um considera que sua contraparte é um aliado de grupos internos que buscam derrubá-los”. Para os autores, enquanto Chávez acreditava que a sua oposição

doméstica era parte de uma rede oligárquica e antipopular que se estende às elites políticas colombianas, o governo Uribe tinha a opinião que o novo governo venezuelano tinha uma atitude conivente com as guerrilhas e até mesmo lhes prestava apoio diplomático e material. Como um todo, a situação de tensões mútuas derivava de entendimentos distintos sobre a construção do Estado latinoamericano, a violência política e cooperação internacional, e por isso Tickner e Pardo (2003, p. 75, tradução nossa) concluem que Uribe e Chávez “representam posições opostas em relação à tolerância à luta armada, o papel atual dos Estados Unidos, e o modelo de democracia desejável para a América Latina”.

Alguns episódios ocorridos entre os dois países desde que Chávez assumiu o poder são ilustrativos da deterioração gradual da relação bilateral. Ainda na gestão Pastrana, os dois países tiveram uma controvérsia devido a um pedido de extradição de um guerrilheiro do ELN presente na Venezuela, levantando acusações de proteção dada ao militante foragido (VENEZUELA, 2001); Após a tentativa de golpe de Estado contra Chávez em 2002, o líder do ato, Pedro Carmona, evadiu sua prisão domiciliar e obteve asilo político na Colômbia (COLÔMBIA, 2002); Em 2004, um membro destacado das FARC, presente na Venezuela na ocasião de um foro de esquerda, é capturado por forças colombianas no país e trasladado à Colômbia sem pedido de extradição, com Chávez caracterizando o evento como uma violação de soberania e Uribe como anti-terrorismo (CRONOLOGÍA, 2005); e, em 2007, os presidentes se indispuseram novamente quando uma Chávez, então envolvido em uma tentativa de mediação com as FARC pela liberação de reféns, teve sua participação cancelada após um encontro entre ele e um general colombiano ser descoberto por Uribe (EL GOBIERNO, 2007).

A crise mais grave, contudo, veio no ano de 2008, após uma ação militar colombiana não autorizada no território do Equador, então presidido pelo esquerdista Rafael Correa. A inteligência colombiana tinha conseguido descobrir a localização do segundo comandante das FARC, codinome Raúl Reyes, o que, segundo noticiado pela ABC (COLOMBIA, 2008), se deu pela interceptação de uma chamada telefônica entre o guerrilheiro e Hugo Chávez. Cientes de seu paradeiro em um acampamento clandestino no Equador, os colombianos decidiram atacá-lo em um bombardeio no dia 1º de março, matando-o em conjunto com outras 25 pessoas ali presentes (QUITO, 2010).

Diante do embaraço sofrido pelo seu aliado Correa, Chávez reagiu agressivamente. No dia seguinte ao ocorrido, o presidente venezuelano mobilizou tropas em direção à fronteira colombiana, rompeu relações diplomáticas e discursou duramente em seu programa semanal de rádio e televisão, qualificando o ato como um “covarde assassinato” e dizendo que a

Colômbia “pretende converter-se na ‘Israel da América Latina’” (VENEZUELA, 2008). Na mesma emissão, Chávez homenageou o “bom revolucionário” com um minuto de silêncio e se referiu a Uribe como “[...]um criminoso, não apenas um mentiroso, um mafioso, um paramilitar e dirige um narcogoverno e dirige um Governo laçao do Governo norte-americano ” (ESPÍN, 2008, tradução nossa).

O governo colombiano, por sua vez, declarou que não tinha interesse em violar a soberania e a integridade territorial do Equador, e que agiu em legítima defesa contra um grupo terrorista (COLOMBIA, 2008). Na época, sustentava-se que a ação tinha embasamento jurídico no artigo 51 da Carta da ONU e nas premissas antiterroristas da resolução 1373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ARDILA; AMADO, 2009, p.59). Em nota do dia 3 de março, o Palácio de Nariño comunicou que não reciprocaria a movimentação de tropas rumo à fronteira colombo-venezuelana e acusou os governos do Equador e da Venezuela de possuírem vínculos com as FARC, o que implicaria que esses governos “violam as normas internacionais de proibição dos países de albergar terroristas” (COMUNICADO, 2008, tradução nossa). Uribe ainda declarou pessoalmente que denunciaria Chávez no Tribunal Penal Internacional, afirmando que “A Colômbia se propõe na Corte Penal Internacional a denunciar Hugo Chávez por patrocínio e financiamento de genocidas” (URIBE, 2008, tradução nossa).

Diante da força das tensões, o sistema interamericano foi ativado para esfriar a crise. No dia 5 de março, os países membros da Organização dos Estados Americanos emitiram sua visão conjunta sobre os eventos questão, e com base no artigo 21 da Carta da OEA, que assegura a inviolabilidade dos territórios dos Estados, consideraram “Que o fato ocorrido constitui uma violação da soberania e da integridade territorial do Equador e de princípios do direito internacional” (CONVOCATORIA, 2008, tradução nossa). No dia 7 de março, em reunião do Grupo do Rio sediada pela República Dominicana, Uribe finalmente se reconciliou com Correa e ambos se comprometeram a evitar a repetição do incidente (APRETÓN, 2008), e Chávez, por fim, retirou suas tropas e reatou relações dois dias depois (CHÁVEZ, 2008b).

A crise final entre os governos Uribe e Chávez se deu em julho de 2010, quando Juan Manuel Santos já havia sido confirmado como o vencedor das eleições presidenciais deste ano. Na ocasião, a Colômbia apresentou uma série de documentos perante uma sessão extraordinária da OEA a fim de provar que agrupamentos das FARC se encontravam abrigados na Venezuela, o que fez com que Chávez novamente movimentasse tropas rumo à fronteira e rompesse relações (VENEZUELA, 2010). Dessa vez, a crise foi resolvida por Santos assim que assumiu a presidência. Poucos dias após a posse, o novo presidente

colombiano encontrou-se com Hugo Chávez na cidade colombiana de Santa Marta, em encontro marcado na Quinta de San Pedro Alejandrino, local simbólico por ser a última residência de Simón Bolívar antes de sua morte (SANTOS, 2010). Os dois presidentes assumiram compromissos mútuos e as relações voltaram à normalidade.

### 3.5 A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO SANTOS

Juan Manuel Santos, presidente da Colômbia entre 2010 e 2018, vem de família poderosa de longa tradição empresarial no setor de mídia e de forte presença na política colombiana, com o seu tio-avô, Eduardo Santos, possuindo a distinção de presidir a Colômbia entre 1938 e 1942. Com percurso acadêmico em economia e administração de empresas passando por universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra, foi neste último país que conheceu Tony Blair e seu projeto político de “terceira via”, formando suas ideias políticas de acordo com essa corrente (RODRÍGUEZ, 2014, p 96-97). Exerceu um papel central na gestão Uribe, exercendo o cargo de Ministro da Defesa entre 2006 e 2009 e fundando, em 2006, o *Partido de la U*, a fim de conseguir adesões de políticos do Partido Liberal e ampliar a base de apoio ao uribismo (RODRÍGUEZ, 2014, p. 84-85). Oficializou sua candidatura para as eleições presidenciais de 2010 após um referendo por um terceiro mandato de Uribe ser derrubado pela Corte Constitucional, conduzindo a sua campanha como o continuador das políticas da presidência que lhe precedeu e vencendo o pleito pelo expressivo percentual de 68,6% dos votos (RODRÍGUEZ, 2014, 92-93).

Para os fins deste trabalho, o processo de paz com as FARC aparece como um evento ilustrativo da proposta de política externa apresentada pelo governo Santos, e, em particular, da maneira pelo qual as negociações serviram como um meio para uma reaproximação, ainda que limitada, com a Venezuela. Essa proposta, como um todo, representa simultaneamente linhas de continuidade e de mudança em relação ao governo anterior, e deram à Colômbia um perfil que, embora não rompa plenamente com as tendências centrais do *respice polum*, se direciona ao que se chama de *respice similia*, o que, na caracterização de Bustamante (2020, p. 28, tradução nossa) se resume a “apresentar uma aproximação aos seus similares, sugerir uma reavaliação da política de drogas proibicionista, diversificar sua agenda e ser, em certa medida, autônomo, particularmente perante aos Estados Unidos”. Esse nome, significando “olhar para os semelhantes”, foi cunhado pelo ex-presidente Alfonso López Michelsen para descrever sua política externa e a de seus antecessores Carlos Lleras Restrepo e Misael

Pastrana Borrero, expressando a tentativa de uma aproximação com países semelhantes à Colômbia (TORRES, 2010, p. 208). Portanto, a explicação da política externa de Santos passa por explicar como as relações com parceiros tradicionais foram redefinidas, assim como identificar as maneiras pelas quais as agendas regionais e internacionais fizeram parte de sua perspectiva estratégica em relação a atuação colombiana no sistema internacional e o emprego desse novo posicionamento como instrumento para a resolução de problemas internos.

Primeiramente, as relações com os Estados Unidos, embora ainda preponderantes entre as relações internacionais da Colômbia, foram objeto de um esforço de diversificação. Notavelmente, ao se encontrar pela primeira vez com o presidente americano Barack Obama, fato ocorrido em setembro de 2010, deixou claro as suas intenções com as seguintes palavras: “Vamos falar diretamente. Não vamos seguir sendo o país receptor de ajuda; como quem pede, com um chapéu na mão todos os anos, pra ver quanto dinheiro nos dão. Vamos ser um sócio, um sócio verdadeiro, e nos ajudaremos mutuamente” (RAMÍREZ, 2011, p. 86). O que aí se expressa, fundamentalmente, não é um desejo de abandonar ou substituir a parceria, mas sim o intuito de reequilibrá-la, elevar a qualidade de seus vínculos pelo aumento da contribuição estadunidense com temas que vão para além dos aportes materiais para as áreas de segurança, e reestruturá-la de maneira que a Colômbia não esteja limitada a uma atuação *low-profile* dentro do projeto regional americano, mas sim disponha de meios para fazer com que os benefícios trazidos pelos Estados Unidos possam ser selecionados e utilizados pelo Estado colombiano de acordo com suas próprias prioridades. Essa expansão temática foi discutida em outubro desse mesmo ano em uma mesa de trabalho sediada em Bogotá, contando com uma comitiva diplomática americana de alto perfil e diplomatas colombianos, com os principais temas da discussão sendo boa governança, democracia e direitos humanos, energia, e ciência e tecnologia (RAMÍREZ, 2011, p. 86).

Além de tentar redefinir a principal relação bilateral de seu país, Santos também teve como ponto importante de sua política externa a reconsolidação das relações com os países sul-americanos, até então deterioradas pelo que Ramírez (2001, p. 81, tradução nossa) qualifica como “[...] o acumulado de tensões que, somado à divergência de opções políticas e econômicas com os governos vizinho, conduziram a Colômbia, desde finais de 2007, a uma prolongada crise diplomática”, com o principal efeito sendo “o congelamento ou a ruptura de relações com os três governos bolivarianos –Equador, Venezuela e Nicarágua– e a deterioração dos vínculos oficiais com o Brasil”. A virada rumo à América do Sul, e o esforço em remendar os vínculos com esses países e com a região como um todo, são fenômenos indicativos das premissas que orientavam os cálculos políticos da administração Santos e sua

visão sobre o tema da segurança e da estabilidade colombiana. Em primeiro lugar, nota-se durante o percurso desse governo um forte viés comercial e econômico por trás de suas tomadas de decisão, com Vargas-Alzate, Sosa e Rodriguez-Rios (2012, p. 269, tradução nossa) identificando um compromisso com a noção de “paz capitalista”, o que implica em “reuniões e negociações entre governos, a ausência de conflitos internacionais, a restauração das relações com os vizinhos e a aproximação com governos que não necessariamente compartilham valores com a Colômbia”. O caso venezuelano é exemplar, visto que até 2009 esse país era o terceiro maior parceiro comercial da Colômbia as crises diplomáticas entre os dois países causaram reduções nos fluxos de comércio (VARGAS-ALZATE; SOSA; RODRIGUEZ-RIOS, 2012, p.274). A busca por novos mercados, além de atentar-se ao entorno regional, também se expandiu para além da América do Sul, como se verifica pela assinatura de múltiplos tratados de livre comércio e a abertura de embaixadas em países como Emirados Árabes Unidos, Trindade e Tobago, Indonésia e Turquia (VARGAS-ALZATE; SOSA; RODRIGUEZ-RIOS, 2012, p.284).

Além da dimensão econômica, a reinserção regional era um meio de exercer influência política, com a participação em espaços multilaterais sendo um meio importante para atingir esse objetivo. Por essa razão, a Santos ampliou seu engajamento com a Unasul, e buscou aproximar-se de países que até então tinham relações mornas com a Colômbia, como a Argentina, a fim de ter vias de comunicação para melhorar o relacionamento com Chávez (RAMÍREZ, 2011, p. 86). Outros dividendos políticos foram coletados quando os colombianos conseguiram um assento rotativo como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, contando com votos de Equador, Venezuela, Brasil e Cuba (RAMÍREZ, 2011, p. 84), além de pleitearem em conjunto com a Venezuela a reinserção de Honduras na OEA (VARGAS-ALZATE; SOSA; RODRIGUEZ-RIOS, 2012, p.284). Finalmente, é importante ressaltar que, se no governo anterior as questões de segurança tornavam esses arranjos impossíveis, há por parte de Santos uma reavaliação das prioridades de segurança e o conceito de ameaça. Para ele, os problemas que chamavam mais a atenção eram o crime organizado e a corrupção, e as FARC eram percebidas como menos ameaçadoras, ao ponto de estarem em condições para aceitar um novo processo de paz (SÁNCHEZ; CAMPOS, 2019, p. 86). Consequentemente, havia a percepção de que a solução do conflito por meio de um acordo era viável durante o mandato, e que outros países poderiam contribuir com as negociações.

### 3.6 A ATUAÇÃO VENEZUELANA NO ACORDO DE PAZ COM AS FARC

A observação por parte de Juan Manuel Santos de que seu mandato coincidia com um momento propício para conduzir um processo de paz se dá pela sua interpretação da conjuntura global e das condições de combate das FARC. Quanto ao primeiro elemento, é possível dizer que foi percebida uma série de tendências que tornavam o modelo militarista amparado pelo apoio estadunidense menos interessante, conforme listado por Pastrana e Vera (2015, p. 104, tradução nossa):

[...] enraizamento dos governos críticos dos Estados Unidos, recuo da influência estadunidense na América Latina e, sobretudo na América do Sul, o deslocamento ideológico parcial da Casa Blanca e do Congresso rumo ao multilateralismo e a nova estratégia de segurança nacional de Obama, com o consequente esfriamento das posturas radicais na doutrina sobre a guerra contra o terrorismo, a recessão nos Estados Unidos, o aumento das opiniões na região sobre o fracasso da guerra contra as drogas, as críticas à capacidade da Organização dos Estados Americanos (OEA) para prevenir e gerir conflitos e uma relação crescente entre governos latinoamericanos e Cuba.

No que diz respeito ao estado das FARC, ficou evidente que os últimos anos de conflito enfraqueceram o grupo significativamente, pois conforme explica Rocha Méndez (2021, p.8), após a eliminação de líderes como Raúl Reyes e Iván Ríos em 2008, Mono Jojoy em 2010 e Alfonso Cano em 2011, assim como o falecimento de causas naturais do fundador e chefe máximo Manuel Marulanda, levaram a uma crise de liderança e de mobilização na guerrilha que tornou o modelo de luta armada insustentável, sendo a solução política preferível. O que estava em falta, então, eram mecanismos de negociação e desenvolvimento de confiança entre as partes que permitissem que o fracasso do processo de paz anterior não se repetisse.

Quem permitiu que se desenvolvesse confiança para que as negociações decolassem foi justamente Hugo Chávez, cuja posição em relação às autoridades da Colômbia e os guerrilheiros lhe permitia agir como um intermediário com acesso a ambos os lados da disputa. Logo, desde os primeiros diálogos exploratórios a Venezuela mostrou-se como um elemento importante: o primeiro encontro entre representantes da Colômbia e das Farc ocorreu em 2011 próximo à fronteira colombo-venezuelana, e Chávez providenciou uma casa na ilha venezuelana de Orchila para outras duas reuniões (ROCHA MÉNDEZ, 2021, p. 49). No mesmo ano, Alfonso Cano foi morto em combate, e a liderança das FARC passou para

Timoleón Jiménez, codinome Timochenko. Chávez foi novamente importante para o prosseguimento das negociações, convencendo o novo líder a dar continuidade às conversas e assegurando a confiabilidade do processo (ROCHA MÉNDEZ, 2021, p. 50). Com o desenrolar das negociações, Cuba passou a sediar os diálogos, e a Venezuela foi novamente instrumental ao dar apoio logístico aos negociadores das FARC: em 2015, Timochenko conseguiu ir até Havana graças ao fornecimento de uma aeronave pelo sucessor de Chávez, o presidente Nicolás Maduro, a quem Santos categorizou como leal à proposta diplomática empreendida pelo seu antecessor (ROCHA MÉNDEZ, 2021, P. 56). Finalmente, em 26 de setembro de 2016, Juan Manuel Santos e Timoleón Jiménez, em uma cerimônia sediada na cidade de Cartagena de Índias, apertaram suas mãos e assinaram o acordo de paz, diante de Maduro, o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-Moon e outros líderes latinoamericanos (GOVERNO, 2016).

#### **4. ANÁLISE DOS EVENTOS À LUZ DO CONSTRUTIVISMO**

Em um quadro analítico construtivista, as relações de poder, as formas institucionais e as confrontações que marcaram as relações Colômbia-Venezuela expressam fundamentalmente a manifestação social das redes de significado que esses dois entes constituíram mutuamente ao longo de suas interações entre si e com outros agentes, seguindo o princípio de Wendt (1989, p. 403, tradução nossa) de que “os significados em termos de que ação é organizada surgem da interação”. Dentre os elementos que compuseram essas interações, é preciso ressaltar os conceitos identitários que surgiram nesses países para servir como fórmula de autoidentificação e identificação do outro, os arranjos normativos sob os quais estiveram submetidos e que tentaram erguer por conta própria, e, principalmente, o que atribuíram em diferentes momentos como essencial para a sua segurança, e como seu senso de segurança os levou a executar ou deixar de executar certas ações. Pretende-se então começar pelo esboço das identidades que Colômbia e Venezuela tomaram para si.

Quanto a ambos os países, é perceptível que a imagem dos Estados Unidos, assim como as interações com esse país, são um aspecto muito presente em sua formação de identidade nacional. No caso colombiano, os fatores históricos mais arraigados e as tomadas de decisão feitas durante o início do século XX, culminando no modelo de associação dependente com os Estados Unidos e a doutrina do *res pice polum*, engendraram nas lideranças políticas colombianas e na tradição diplomática do país uma imagem

fundamentalmente positiva da influência americana, atribuindo-se a ela os sucessos que a Colômbia pôde ostentar durante seu percurso histórico. Esses sucessos são uma parte basilar da autoimagem colombiana e de seu senso de distinção em relação aos demais países latino-americanos, e, em discurso proferido na Universidade de Yale, Álvaro Uribe os enumera claramente: “A Colômbia tem a democracia mais longeva da América Latina. Durante o último século, o país sofreu apenas quatro anos de interrupção democrática. Em segundo lugar, a Colômbia sempre foi um país de instituições sólidas e independentes. Em terceiro lugar, a Colômbia nunca teve um *default* e nunca sofreu hiperinflação” (YALE SCHOOL OF MANAGEMENT, 2012, tradução nossa).

No caso venezuelano, por sua vez, a tendência mais prevalecente antes da ascensão do chavismo era um senso de autossuficiência pautado pela pujança petrolífera e a estabilidade política, fundamentando o “isolacionismo” descrito por Cervo (2003, p. 159). Contando com uma margem de manobra maior do que os demais países da América Latina em relação aos Estados Unidos, talvez sua grande marca distintiva na região tenha sido a Doutrina Betancourt, ancorada na distinção formal entre a identidade de regimes democráticos e antidemocráticos. Com Chávez, porém, os Estados Unidos passam a assumir um papel central na formação da identidade nacional, mas, ao contrário da Colômbia, como uma força antagônica ao invés de aliada. Assim, se os Estados Unidos eram vistos como uma potência global imperialista e opressora, a Venezuela se representava como uma potência regional que emprega os seus recursos em uma luta anti-imperialista e libertadora.

Dessa maneira, a reação de ambos os países em relação aos grupos insurgentes de esquerda atuando na Colômbia se torna previsível. Há uma inclinação forte para que as administrações colombianas vejam forças de auto-identificação anticapitalista e anti-americana com hostilidade, e que o chavismo, por sua vez, as veja com simpatia, com o oposto sendo válido na mesma medida. Igualmente previsível é o surgimento das desconfianças e desavenças severas que os governos experimentaram durante os anos 2000, pois a interação diplomática passa a ser feita desde vieses ideológicos radicalmente opostos.

A caracterização da política externa de Uribe em relação às FARC e a Venezuela como uma forma de securitização, e a atuação de Santos como um contraponto rumo a uma dessecuritização, é algo intuitivo e já foi explorado em outros trabalhos, como se vê em González Arana e Galeano David (2014), Mazzetti (2020) e Guerra-Molina e Badillo-Sarmiento (2021). No presente trabalho, o interesse não é em descrever a agenda antiterrorista em voga durante os anos 2000 como um empreendimento politicamente calculado de quebra de normas a fim de superar uma ameaça existencial, mas sim utilizar a

teoria dos ciclos normativos para ressaltar o antiterrorismo como uma forma de empreendimento normativo, e explicar as razões pela qual ele foi substituído por outro tipo de empreendimento, no caso, os diálogos de paz.

Um marco importante na construção das normas antiterroristas é a resolução nº 1373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que os colombianos utilizaram para defender suas ações nos eventos de 2008. Algumas de suas características são dignas de atenção. Primeiro, sua aprovação ocorreu no dia 28 de setembro de 2001, poucos dias após os atentados às Torres Gêmeas, quando o choque desses eventos ainda ressonava fortemente entre as lideranças globais e o grande público. Segundo, a resolução cita precedentes, sendo eles a resolução 1189 de 1998, a resolução 1269 de 1999 e a resolução 1368 de 2001. E terceiro, seu texto afirma a sua adoção sob o capítulo VII da Carta da ONU, o que implica em uma obrigação coletiva dos Estados-Membros das Nações Unidas (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2001, p.1).

O evento do bombardeio do acampamento das Farc no Equador e a crise subsequente revelam algumas realidades sobre o fenômeno do empreendimento normativo. Primeiramente, era perfeitamente possível, em abstrato, que a Colômbia efetuasse o ataque sem sofrer represália alguma. Um exemplo para ilustrar essa possibilidade é uma declaração do primeiro-ministro iraquiano Nouri al-Maliki após bombardeios sírios atingirem militantes do grupo Estado Islâmico na fronteira entre o Iraque e a Síria, na qual disse (CHULOV; HAWRAMY, 2014, tradução nossa):

“Não houve coordenação entre nós, mas a ação é bem-vinda. Qualquer ataque sírio contra o ISIS é bem-vindo porque esse grupo atinge tanto a Síria quanto o Iraque...Mas nós não pedimos nada à Síria. Eles conduzem os seus ataques e nós conduzimos os nossos. No fim nossos dois países saem vencedores” (ISIS, 2014)

Verifica-se aí um exemplo de situação na qual um país faz algo potencialmente afrontoso às fronteiras de outro país, e o ato não apenas não causou controvérsia, mas foi inclusive celebrado, mesmo havendo diferenças políticas e ideológicas entre eles. Cabe então o questionamento de por quê os equatorianos e os venezuelanos não reagiram da mesma forma quando os militantes das FARC foram atingidos nas proximidades da fronteira colombo-equatoriana. Novamente, a explicação passa pela questão da identidade. Há, na primeira instância, apesar das identidades distintas, um senso comum de ameaça representado

pelo Estado Islâmico, o que não se replica no incidente sul-americano. Na verdade, desde o ponto de vista da Venezuela e do Equador, a ameaça parte da ação militar colombiana, que é por sua vez interpretada como uma extensão do militarismo estadunidense.

O empreendimento normativo rumo a um reconhecimento das FARC como um grupo terrorista, somado à tentativa colombiana de inserir a resolução 1373 nele, acabam por revelar um uso estratégico das normas e das identidades para fins de triunfo político e consolidação de agendas regionais. Presumindo-se a guerrilha como grupo terrorista, e internalizando-se essa noção conforme a dinâmica de cascata normativa descrita por Finnemore e Sikkink (1998), isso significaria que o Equador e a Venezuela estariam em contravenção dos dispositivos da resolução que prescrevem o apoio material e financeiro ao terrorismo e instam os países a desenvolverem medidas eficazes de repressão à prática (CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, 2001, p. 2). Dessa forma, esses seriam efetivamente compelidos a declarar as Farc como terroristas e combatê-los, ou arriscarem sofrer uma intervenção sob os auspícios do Conselho de Segurança. Não surpreende o esforço desses países em afastar essa possibilidade.

Quando a crise chegou ao seu ápice, havendo a mobilização de tropas e a ruptura de relações diplomáticas, é possível dizer que havia um certo impasse entre Colômbia e Venezuela. A polarização havia chegado a um extremo com os colombianos convictos da natureza subversiva da contraparte venezuelana e os venezuelanos convictos da natureza intervencionista da contraparte colombiana. Por um lado, os colombianos se mostraram confiantes na possibilidade de enquadrar seus rivais como ameaças à segurança do continente, e por outro, os venezuelanos contavam com os impulsos autonomistas que seus vizinhos vinham desenvolvendo para conseguir um rechaço da posição colombiana nas plataformas diplomáticas, o que acabou se concretizando após a OEA afirmar o artigo 21 de sua Carta e a inviolabilidade das fronteiras dos Estados sobre as pretensões colombianas. No final, é possível dizer que ambos os lados chegaram nesse momento a um esgotamento da dinâmica, obtendo vitórias parciais: para a Colômbia, a crise foi uma oportunidade para dar um golpe duro em seu inimigo interno e conduzir governos antipáticos ao seu redor a uma posição de desconforto, e para a Venezuela, houve sucesso em afirmar os princípios de não-intervenção na esfera regional e isolar um pouco mais a posição colombiana e estadunidense nos espaços de discussão da América do Sul.

Por fim, o término definitivo dos impactos da crise com a chegada de Juan Manuel Santos ao poder, assim como o relançamento dos processos de paz com a participação venezuelana, revelam que esse governo operou não pela mudança de identidade, mas pela

redefinição de ameaças e modificação de rotinas. Tomando o referencial de Mitzen (2006), pode-se afirmar que os grandes riscos aos processos de paz eram uma repetição das dinâmicas conflitivas entre o Estado colombiano e o grupo armado, visto que a violência entre os dois já era um fato rotinizado. A possível percepção que fez com que a Colômbia redefinisse a figura de Chávez como ameaçadora para construtiva foi o fato de que enquanto as FARC possuíam uma rotina de conflito com as autoridades colombianas, havia simultaneamente uma rotina cooperativa com o governo venezuelano que por si só não é ameaçadora, e depende de elementos contextuais para ser interpretada dessa forma ou não. Essa rotina poderia então ser explorada pragmaticamente para que a partir dela se desenvolvesse diálogo e confiança com os negociadores colombianos, o que por sua vez iria gradualmente redefinir o senso de segurança ontológica das partes em direção a uma preferência pela coexistência mútua nas esferas regulares da disputa política. Para remediar as relações com o próprio Chávez, por sua vez, Santos recorreu a outras rotinas cooperativas indissociáveis da relação Colômbia e Venezuela e tentou reorientar a relação com base nelas, com um destaque especial para o comércio. Além disso, a estratégia de inserção regional pelo *respice similia* o ajudou a reproduzir essas dinâmicas de construção de confiança com os demais países da região, ampliando a rede de apoio ao seu governo e ao processo de paz.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou perscrutar, pela via construtivista, uma das relações bilaterais mais longevas da América Latina, e identificar as causas das dinâmicas de conflito e cooperação que lhe afetaram, assim como explicar os fenômenos estudados por uma linguagem científica atenta à natureza social desse objeto de estudo. As conclusões se orientam na direção de que as ações políticas na esfera internacional possuem raízes profundas nas experiências vividas coletivamente pelas gerações de decisores políticos, e que a dimensão meramente instrumental do poder não explica totalmente os fatos apresentados. O adicional trazido pelos conceitos de identidade ao estudo dos países em questão torna evidente que há uma série de compromissos com certos padrões de atuação que reforçam certos comportamentos e configuram as metas e horizontes dos agentes, e que sua capacidade de trazer mudanças sistêmicas passa também por navegar por essas redes de significados. O caso da assinatura do Acordo de Paz de Cartagena e o fim do longo conflito entre a Colômbia e as FARC-EP demonstram que apesar de os Estados apresentarem linhas de atuação que podem ser rígidas e fortemente arraigadas em compromissos tradicionais, eles contém dentro de si um repertório muito vasto de estratégias e experiências que podem ser tentadas em um processo de aprendizagem que é fundamentalmente coletivo. Espera-se que o vislumbre da via pacífica para a solução de conflitos, apesar de parecer distante em muitos lugares do mundo, não se perca à luz do exemplo que acaba de se investigar.

## REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. **Seizing the middle ground: Constructivism in world politics.** European journal of international relations, v. 3, n. 3, p. 319-363, 1997.

ADLER, Emanuel. **Constructivism in international relations: Sources, contributions, and debates.** Handbook of international relations, v. 2, p. 112-144, 2013.

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Ed.). **Security communities.** Cambridge University Press, 1998.

ANTUNES, Diego Felipe Barbosa. **Capacidades para a paz : estudo comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016).** Dissertação de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

APRETÓN de manos alivia crisis con vecinos. **El Espectador**, 2008. Disponível em: <https://www.elespectador.com/politica/apreton-de-manos-alivia-tesis-con-vecinos-article-5497/>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

ARDILA, Martha; AMADO, Juan Andrés. **Continuidades y cambios en las relaciones de Colombia con sus países vecinos: 2008-2009, año crítico con Ecuador y Venezuela.** OASIS: Observatorio de Análisis de los Sistemas Internacionales, n. 14, p. 55-70, 2009.

BARRANTES, Erika Maria Medina. **Política externa venezolana: Chávez e o “puntofijismo”, divergências e paralelismos.** Mural Internacional, v. 4, n. 2, p. 72-76, 2013.

BRASIL rejeita pedido de Chávez sobre as Farc. **Uol**, 2008. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/reporter/2008/01/15/brasil-rejeita-pedido-de-chavez-sobre-as-farc.htm>. Acesso em: 16 de maio de 2024

BUSTAMANTE, Laura Murgueitio. **Prácticas de política exterior colombiana: La construcción y el manejo de la política antinarcóticos en los gobiernos de Álvaro Uribe (2002-2006) y Juan Manuel Santos (2014-2018)**. *Perspectivas Internacionales*, v. 14, n. 1, p. 7-42, 2020.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: A new framework for analysis**. Lynne Rienner Publishers, 1998.

CANTOR, Renán Vega. **Injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado**. Comisión Histórica del Conflicto, 2015.

CERVO, Amado Luiz. **A Venezuela e seus vizinhos**. *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 157-180, 2003.

CHARRETT, Catherine. **A critical application of securitization theory: Overcoming the normative dilemma of writing security**. International Catalan Institute for Peace, Working Paper, n. 2009/7, 2009.

CHÁVEZ: las FARC "no son terroristas". **La Nación**, 2008a. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/chavez-las-farc-no-son-terroristas-nid978386/>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

CHÁVEZ anuncia la retirada de sus tropas de la frontera con Colombia. **El Mundo**, 2008b. Disponível em: <https://www.elmundo.es/elmundo/2008/03/09/internacional/1205024983.html>. Acesso em 14 de maio de 2024.

CHÁVEZ pide a las FARC que liberen a los rehenes. **BBC**, 2010. Disponível em: [https://www.google.com/amp/s/www.bbc.com/mundo/america\\_latina/2010/08/100808\\_2041\\_venezuela\\_chavez\\_pide\\_liberar\\_rehenes\\_farc\\_fp.amp](https://www.google.com/amp/s/www.bbc.com/mundo/america_latina/2010/08/100808_2041_venezuela_chavez_pide_liberar_rehenes_farc_fp.amp). Acesso em: 16 de maio de 2024

CHULOV, Martin; HAWRAMY, Fazel. **Isis: Maliki hails Syrian air raids in Iraq as leaving both states 'winners'**. *The Guardian*, 2014. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2014/jun/26/nouri-maliki-admits-syria-air-raids-isis-iraq>.

Acesso em: 17 de maio de 2024

COLOMBIA se disculpa ante Ecuador por la incursión 'obligada' en su territorio. **El Mundo**, 2008. Disponível em: <https://www.elmundo.es/elmundo/2008/03/03/internacional/1204512283.html>. Acesso em: 13 de maio de 2024

COLÔMBIA concede asilo político a Pedro Carmona. **Público**, 2002. Disponível em: <https://www.publico.pt/2002/05/27/mundo/noticia/colombia-concede-asilo-politico-a-pedro-carmona-146747>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

COMUNICADO. **Secretaría de Prensa de la Presidencia de la República de Colombia**, 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111109000337/http://web.presidencia.gov.co/sp/2008/marzo/03/01032008.html>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1373. Index: S/RES/1373, 28 de setembro de 2001. Disponível em: <http://www.un.org>

CONVOCATORIA de la Reunión de Consulta de Ministros de Relaciones Exteriores y Nombramiento de una Comisión, CP/Res. 930 (1632/08). **OEA**, 2008. Disponível em: <https://www.oas.org/consejo/sp/resoluciones/res930.asp>. Acesso em 14 de maio de 2024.

COX, Robert W. **Social forces, states and world orders: beyond international relations theory**. Millennium, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

CRONOLOGÍA: Colombia vs Venezuela. **BBC**, 2005. Disponível em: [http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin\\_america/newsid\\_4182000/4182195.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_4182000/4182195.stm). Acesso em: 13 de maio de 2024.

DALLANEGRA PEDRAZA, Luis. **Claves de la política exterior de Colombia**. Latinoamérica. Revista de estudios latinoamericanos, n. 54, p. 37-73, 2012.

DUZÁN, Maria Jimena. **"Por qué creo que la paz va a resultar"**. Semana, 2013. Disponível em: <https://www.semana.com/nacion/articulo/por-que-creo-paz-va-resultar/335151-3/>. Acesso em: 16 de maio de 2024

EL GOBIERNO colombiano da por finalizada la mediación de Chávez con las FARC. **El Mundo**, 2007. Disponível em: <https://www.elmundo.es/elmundo/2007/11/22/internacional/1195705850.html>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

ESPÍN, Patricia Rondón. **Venezuela envia tropas a frontera con Colombia, apoia a Ecuador**. Reuters, 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSN02293343/>. Acesso em 13 de maio de 2024.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. **International norm dynamics and political change**. International organization, v. 52, n. 4, p. 887-917, 1998.

GONZÁLEZ ARANA, Roberto; GALEANO DAVID, Héctor. **Las relaciones Colombia-Venezuela: límites, desgolfización y securitización, tres variables en la política exterior binacional**. Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe, n. 24, p. 76-97, 2014.

GOVERNO da Colômbia e Farc assinam acordo de paz para conflito de 52 anos. **G1**, 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/governo-da-colombia-e-farc-assinam-acordo-de-paz-para-conflito-de-52-anos.html>. Acesso em: 15 de março de 2024.

GUERRA-MOLINA, René; BADILLO-SARMIENTO, Reynell. **Desecuritización y securitización del narcotráfico en el marco del Acuerdo de Paz en Colombia**. URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad, n. 29, p. 8-27, 2021.

GUZZINI, Stefano. **A reconstruction of constructivism in international relations**. European journal of international relations, v. 6, n. 2, p. 147-182, 2000.

HERNÁNDEZ, Carolina Galindo. **Neopopulismo en Colombia: el caso del gobierno de Álvaro Uribe Vélez**. Íconos-Revista de Ciencias Sociales, 2007, no 27, p. 147-162.

HOPF, Ted. **The promise of constructivism in international relations theory**. International security, v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.

JEPPERSON, Ronald L. et al. **Norms, identity, and culture in national security**. The culture of national security: Norms and identity in world politics, v. 33, p. 34, 1996.

KATZENSTEIN, Peter J. (Ed.). **The culture of national security: Norms and identity in world politics**. Columbia University Press, 1996.

KRATOCHWIL, Friedrich; RUGGIE, John Gerard. **International Organization: A State of the Art on an Art of the State**. International organization, v. 40, n. 4, p. 753-775, 1986.

LANDER, Luis E.; MAYA, Margarita López. **Venezuela. La victoria de Chávez**. Nueva Sociedad, v. 160, p. 4-19, 1999.

LAPID, Yosef. **The third debate: On the prospects of international theory in a post-positivist era**. International studies quarterly, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.

LAROSA, Michael J.; MEJÍA, Germán R. **Historia concisa de Colombia (1810-2013)**. 2013.

LINKLATER, Andrew. **Beyond realism and Marxism: Critical theory and international relations**. Springer, 1990.

MAZZETTI, Juan Cruz. **El conflicto armado interno en Colombia: las variables que facilitaron la ocurrencia del proceso de paz entre el gobierno y las FARC (1998-2012)**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales.

MIRANDA, Boris. **Por que a Colômbia disse 'não' ao acordo de paz com as Farc.** BBC, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37526293>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

MITZEN, Jennifer. **Ontological security in world politics: State identity and the security dilemma.** European journal of international relations, v. 12, n. 3, p. 341-370, 2006.

NOBEL Peace Prize for Colombia's Juan Manuel Santos. **BBC**, 2016. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.bbc.com/news/world-latin-america-37585188.amp>. Acesso em: 14 de maio de 2024.

OLMO, Guillermo D. **Álvaro Uribe: «El acuerdo de Santos con las FARC no es de paz, es de impunidad».** ABC, 2016. Disponível em: [https://www.abc.es/internacional/abci-alvaro-uribe-acuerdo-santos-farc-no-impunidad-201603300234\\_noticia.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F](https://www.abc.es/internacional/abci-alvaro-uribe-acuerdo-santos-farc-no-impunidad-201603300234_noticia.html?ref=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F). Acesso em: 16 de maio de 2024.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations.** 1989.

ONUF, Nicholas; KLINK, Frank F. **Anarchy, authority, rule.** International Studies Quarterly, v. 33, n. 2, p. 149-173, 1989.

PADILLA, Angélica; BERMÚDEZ, Ángela. **Normalizar el conflicto y des-normalizar la violencia: retos y posibilidades de la enseñanza crítica de la historia del conflicto armado colombiano.** Revista Colombiana de Educación, n. 71, p. 219-251, 2016.

PASTRANA, Eduardo; VERA, Diego. La política exterior colombiana de cara al proceso de paz y el posconflicto. **Política exterior colombiana. Escenarios y desafíos en el posconflicto**, p. 61-89, 2015.

QUITO y Bogotá cicatrizan la herida del bombardeo en Angostura. **RFI**, 2010. Disponível em:

<https://www.rfi.fr/es/americas/20101119-quito-y-bogota-cicatrizan-la-herida-del-bombardeo-en-angostura>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

RAMÍREZ, Socorro. **El giro de la política exterior colombiana**. Nueva sociedad, v. 231, n. 2011, p. 1-6, 2011.

RIVEIRA, Carolina. **Acordo de paz da Colômbia com as Farc completa 5 anos. O que mudou?**. Exame, 2021. Disponível em: <https://exame.com/mundo/acordo-colombia-farc-cinco-anos/>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

ROCHA MÉNDEZ, Edwin Giovanni. **Estudio de caso: el papel de la comunidad de Estados garantes y acompañantes: Cuba, Noruega, Chile y Venezuela, en el proceso de paz entre el gobierno de Colombia y la guerrilla de las FARC-EP (2010-2016)**. 2021.

RODRÍGUEZ, Gina Paola. **Álvaro Uribe y Juan Manuel Santos:¿ una misma derecha?**. Nueva Sociedad, n. 254, p. 84, 2014.

ROJAS, Diana Marcela. **Balance de la política internacional del gobierno Uribe**. Análisis político, 2006, vol. 19, no 57, p. 85-105.

ROJAS, Diana Marcela. **Plan Colombia II:¿ más de lo mismo?**. Colombia internacional, n. 65, p. 14-37, 2007.

RUGGIE, John Gerard. **What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge**. International organization, v. 52, n. 4, p. 855-885, 1998.

SANTOS e Chávez selam reatamento. **Correio Braziliense**. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/08/11/interna\\_mundo,207134/santos-e-chavez-selam-reatamento.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2010/08/11/interna_mundo,207134/santos-e-chavez-selam-reatamento.shtml). Acesso em: 14 de maio de 2024.

SANTOS termina su Gobierno con una aprobación del 22 %. **El Colombiano**, 2018. Disponível em:

<https://m.elcolombiano.com/colombia/aprobacion-de-santos-al-final-de-su-mandato-presidencial-BH9119605>. Acesso em: 14 de maio de 2024

SÁNCHEZ, Fabio; CAMPOS, Sebastián. **La política exterior de Santos: estrategia y diplomacia por la paz (Santos' Foreign Policy: Strategy and Diplomacy for Peace)**. Oasis, 2019.

SERBIN, Andrés; SERBIN PONT, Andrei. **The foreign policy of the Bolivarian republic of Venezuela: The role and legacy of Hugo Chávez**. *Latin American Policy*, v. 8, n. 2, p. 232-248, 2017.

TICKNER, Arlene B. **Intervención por invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales**. *Colombia internacional*, n. 65, p. 90-111, 2007.

TICKNER, Arlene B.; PARDO, Rodrigo. **En busca de aliados para la "seguridad democrática": La política exterior del primer año de la administración Uribe**. *Colombia internacional*, n. 56-57, p. 64-81, 2003.

TORRES, César Augusto Bermúdez. **La doctrina respice polum (" Mirar hacia el norte") en la práctica de las relaciones internacionales de Colombia durante el siglo XX**. *Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, n. 12, p. 189-222, 2010.

URIBE anuncia demanda contra Chávez. **El Espectador**, 2008. Disponível em: <https://www.elespectador.com/politica/uribe-anuncia-demanda-contra-chavez-article-5222/>. Acesso em 14 de maio de 2024.

VARGAS-ALZATE, Luis Fernando; SOSA, Santiago; RODRIGUEZ-RIOS, Juan David. **El comercio como plataforma de la política exterior colombiana en la administración de Juan Manuel Santos**. *Colombia internacional*, n. 76, p. 259-292, 2012.

VENEZUELA: debate por un guerrillero. **BBC**, 2001. Disponível em: [http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin\\_america/newsid\\_1225000/1225802.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_1225000/1225802.stm). Acesso em: 13 de maio de 2024

VENEZUELA: tanques a la frontera. **BBC**, 2008. Disponível em: [http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin\\_america/newsid\\_7273000/7273406.stm](http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7273000/7273406.stm). Acesso em: 13 de maio De 2024

VENEZUELA anuncia primeras medidas tras romper relaciones con Colombia. **Semana**, 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100723141300/http://www.semana.com/noticias-relaciones-exteriores/venezuela-anuncia-primeras-medidas-tras-romper-relaciones-colombia/142069.aspx>. Acesso em 14 de maio de 2024.

VILLA, Rafael Duarte. **Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez**. Cuadernos del CENDES, v. 21, n. 55, p. 21-45, 2004.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. 1979.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**. International organization, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WENDT, Alexander; FEARON, James. **Rationalism v. Constructivism: a skeptical view**. Handbook of international relations. London: Sage, p. 52-72, 2002.

YALE SCHOOL OF MANAGEMENT. **Former Colombian President Alvaro Uribe speaks at Yale SOM**. Youtube, 3 de dezembro de 2012. 18min13s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SZ1vt0uTdtk>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

ZAHLER, Reuben. **Medium and short-term historical causes of Venezuela's crisis**. LASA Forum. 2017. p. 3-6.